

ecofeministas.⁴⁴

O tema da fragmentação também esteve presente na forma como a integrante de uma organização feminista era vista. Algumas são aquelas que provêm de centros de investigação, são profissionais e políticas. Atuam a partir de um modelo organizativo onde muitas feministas fazem seus ativismos de forma regional. Muitas vezes isso se conforma como uma cabeça, não unida a nossos corpos e nossos territórios, como se fosse um espaço aéreo, não corporizado, não territorializado. Consequência de uma mentalidade colonial, que nos separou de nossas origens.⁴⁵

Ela e outra companheira de organização assim se apresentaram, demonstrando que também dentro de um pequeno coletivo, pode-se observar a diversidade entre as suas integrantes:

- Sou uma mulher negra que integra uma organização feminista mista do ponto de vista racial, plural, diversa do ponto de vista da origem de todas nós, do modo como vivemos nossa sexualidade, nossa experiência afetiva, do tempo de chegada no feminismo, das lutas que fizemos. O território de onde eu parto é esse, plural, que completa 40 anos este ano. Situado na região mais empobrecida do Brasil: a Nordeste, e isso faz uma diferença, inclusive na nossa própria composição. Somos todas da classe trabalhadora, vivemos do que trabalhamos. Somos uma organização feminista, que é o lugar do nosso trabalho profissional e também o do fazer político. Organização que se engaja, se compromete, e contribui, a partir do nosso trabalho, para a luta feminista, para “a transformação do mundo, enquanto transformamos a nós mesmas”. Pouca coisa, não é? Igualmente, somos de um movimento que é misto, que é plural, que é a Articulação de Mulheres Brasileiras.⁴⁶

- Sou uma mulher negra, faço parte do SOS Corpo, e também

44 Kiyomi Nagumo.

45 Rivane Arantes.

46 Idem.

da AMB. Somos diversas e desiguais. O feminismo pra mim é um projeto político de vida. E o feminismo, e o movimento feminista que nós construímos dentro da AMB e também na AFM tem uma vontade enorme de se constituir como um feminismo antirracista e anticapitalista. É um processo grande de construção. A gente vai andando e vai se constituindo.⁴⁷

Outra participante, vinda da mesma região Nordeste do Brasil, ressaltou como uma das falas no debate em grupos chamou a atenção e convocou-a a refletir sobre processos de recolonização e como ela acontece no seu território nordeste/sertão e quais são impactos e os fatores que têm levado a isso.⁴⁸

Também outras, trouxeram suas experiências em torno disso:

-Durantedécadas,omovimentofeministacolombiano se concentrou na guerra e na paz, por isso ficamos afastadas das outras pautas dos movimentos feministas em outros países. Nos voltamos às mulheres vítimas do conflito, a pressionar o Estado colombiano para garantir os seus direitos. O Estado disse muitas vezes: não posso proteger os seus direitos, porque estou em guerra. Concentradas em torno à mesa, conseguimos, nas negociações para a paz, garantir direitos para a população lgbt, o que muitas consideraram como um “acordo feminista”. Os feminismos de outros países nos questionaram: por que creem que é possível esperar o cumprimento e a materialização da aposta feminista em um acordo de paz, que não alcança para a transformação da sociedade que se acerque a uma aposta feminista? Mas houve promessas no campo do desenvolvimento rural e da participação política, do direito das vítimas, da reincorporação, de substituição voluntária, etc. Fazemos parte de uma sociedade, que eu diria, está hoje em um profundo pessimismo e

47 Analba Brazão.

48 Rosana Bevenuto.

desconfiança, ademais do Estado, porque o acordo de paz foi um sonho sobre o qual colocamos muitas esperanças. Os movimentos sociais e o movimento feminista, sentimos uma grande frustração, um grande desalento, ainda que faltem 10 anos para o cumprimento do acordo de paz. A história de nosso país, uma e outra vez, se signa pela história da guerra e da paz, ainda que em outra circunstância, por causa da pandemia. Agora estamos na expectativa de uma mudança real através deste processo em debate na Suprema Corte, sobre a legalização do aborto. Somos milhares de mulheres na esperança de um resultado favorável.⁴⁹

No diálogo, recordou-se uma consigna das colombianas:

- “Nem guerra que nos mate, nem a paz que nos oprima”. É uma palavra de desordem muito forte, para o próprio feminismo, porque na luta pela paz, temos que ter cuidado para que paz é esta que nós queremos. Porque tem uma paz que está aí para nos oprimir, para nos calar, nos tirar a liberdade. E não é isso que nós queremos.⁵⁰

Ressalte-se, que de forma geral, em todos os países, em todos os territórios, as falas sobre contexto registraram um momento bastante difícil, de polarização entre as forças políticas. Com ameaças ou com avanços significativos das forças de direita e dos fundamentalismos em todas as suas vertentes.

Mais de uma pessoa manifestou dificuldade com a compreensão da língua: brasileiras com o espanhol/castelhano, as desta língua, com o português. Os dois dias de diálogo deixaram patentes que esta barreira é apenas uma das que precisam ser enfrentadas para nos reconhecermos e aprendermos a nos ouvir, cada uma a partir das suas características e forma de estar no mundo.

49 Cláudia Mejía.

50 Analba Brazão.

Como construímos força coletiva?

“Quando a gente se junta, a gente encontra caminhos e soluções.”

Verônica Ferreira

- Quando queremos mudar o espaço, quando queremos mudar onde estamos inseridas, seja na cidade ou no campo, seja em terra indígena, nós nos reunimos lá onde estamos e encontramos maneiras/formas de chamar a atenção, apesar da negação de direitos (...), do não reconhecimento (...). Quando as mulheres se reúnem elas buscam soluções, e obtêm respostas, isso é brilhante, é maravilhoso, é excelente.⁵¹

- Eu imagino que só constrói à medida em que a gente realiza lutas. É a luta que nos alimenta, que nos faz, inclusive, vencer aquilo que nos separa, porque somos muito diferentes, e desiguais também. O espaço grande entre nós é possível de ser aproximado à medida em que a gente faz as lutas juntas. Como dizem mulheres do movimento negro no Brasil: o que pode fazer com que pessoas tão diferentes e desiguais em alguns aspectos se vinculem? Do nosso ponto de vista, é a disposição de fazer as lutas juntas. É o meio do caminho que nos vincula.⁵²

- Não é possível para mim hoje em dia ser feminista sem entender a luta das pessoas indígenas, ou a luta das pessoas discriminadas por diversos motivos no Paraguai e no mundo, porque estão totalmente interconectadas. Esta é uma forma de construir um trabalho justo e de construir força coletiva. Não é uma luta terminada, não é algo que já esteja construído, senão de um permanente construir e dar o sentido desta construção feminista em conjunto, com todas as lutas, por um mundo sem discriminações, com as pessoas que estão totalmente sem possibilidades

⁵¹ Tatiana Peixoto.

⁵² Rivane Arantes.

e perspectivas, sob dominação extrema.⁵³

- Quando estamos reunidas com mulheres diversas, com resistência para seguir na luta, para a transformação, é muito importante visualizar a organização das mulheres. O fato de estarmos aqui juntas já é uma forma de resistência, uma forma de luta. Uma forma de se expressar para um transformar. É o que há de mais revolucionário, sabemos que o feminismo é o movimento que tem transformado. A onda vai e volta, muitas passaram por essas ondas. Agora, no Brasil, a luta que vai além do feminismo é para derrubar Bolsonaro. É uma luta que incorpora todas as bandeiras, é anti tudo o que ele significa. Para nós, lutar pela legalização do aborto ainda é muito importante e presente. Mas não é só essa luta. Tem uma pressão de lutas diversas para essa transformação. As feministas se metem em tudo. Ser feminista dá muito trabalho, a gente tem que responder sobre tudo. A luta pelas cidades é extremamente feminista, antes a gente não visualizava assim. O direito de ir e vir, ter a visão da periferia, do racismo ambiental, ver quem é mais atingida pelas chuvas, por exemplo. Aliar é o mais importante para a gente poder transformar. E o processo é de muito aprendizado.⁵⁴

Há uma preocupação em geral com o contexto atual, onde nos países, de forma geral, há uma polarização entre forças políticas, com as forças mais conservadoras e de direita concorrendo com possibilidades de vencer e avançar no seu projeto fundamentalista, nos processos eleitorais. Esta era uma preocupação na Argentina, no período pré-eleições, que coincidiu com a realização dos diálogos:

- Em Rosário - Argentina, estamos lidando também com muita conflitividade social, devido sobretudo a muita pobreza, que tem aumentado desde o início da pandemia. Somam-se crise econômica e política. Algo positivo foi a realização da 15ª Marcha do Orgulho em Rosário, que alcançou

⁵³ Clyde Soto.

⁵⁴ Analba Brazão.

mobilizar 30 mil pessoas. Há dois anos eram apenas 5 mil e já estávamos felizes. E a consigna nº 1 foi “não temos mais tempo”. As marchas sintetizam o comunitário, não? No estado de Santa Fé, desapareceram com as políticas LGBTI e está muito difícil a vida do Coletivo, das pessoas trans, não só pela pandemia. Houve um retrocesso. Com o objetivo de construir a autonomia entre nós, na falta do apoio para realizar a feira da diversidade, fizemos uma articulação com CICSA e AFM, para garantir a sua realização. Isso fala de como nós nos articulamos e nos sustentamos entre nós.⁵⁵

- Desde La Paz, é nossa posição política clara que nos tem permitido fazer interpelações às políticas de desenvolvimento, às políticas econômicas. É um trabalho ombro a ombro com organizações sociais e povos indígenas que estão se contrapondo a projetos extrativos. Também nos consideramos defensoras dos direitos humanos. Temos recebido ataques por parte do Estado, por apoiar pessoas que são vítimas de violência. Temos sido judicializadas neste marco. Isso nos chama a atenção para a importância do trabalho articulado e em rede, colaborativo. No momento mais duro, uma medida de liberdade, que é uma medida constitucional, foi interposta contra nós, outras 3 organizações feministas e a vítima – por causa de uma denúncia de violência – nestes, temos recebido de parte de nossas companheiras feministas apoio, inclusive apoio legal, em La Paz e Santa Cruz. Fizemos manifestações. Apelamos pela defesa dos Direitos Humanos e para que não se sigam vulnerabilizando. No caso da perseguição por empresas, está sendo realizado um estudo para construção de hidroelétrica em parte da Amazonia Boliviana, área protegida. E está havendo perseguição. O apoio de organizações e movimentos permite amplificar o que está acontecendo. O ver, o sentir e conhecer as vulnerabilidades e conhecer como são historicamente invisibilizadas, racializadas, empobrecidas pela ação das grandes

⁵⁵ Eugênia Sarrias.

corporações. Isso nos impulsionou a gerar maiores laços de contenção com as companheiras, e tratar de reconstruir um tecido social que está esgarçado, ou separado por essas interseccionalidades que temos. Porque não é o mesmo como impactos ambientais afetam as mulheres como as das cidades, zonas periurbanas, ou das comunidades. Mediante círculos de palavras, buscamos dialogar com elas e encontrar outros mecanismos que permitam gerar vínculos. Algo que nos incomoda muito é toda essa polarização política, mais o sistema patriarcal, mais o colonialismo, mais o capitalismo que têm, ademais, uma aliança e cumplicidade entre os diferentes atores. Isso faz com que a luta dos movimentos seja um pouco mais complexa. Estamos buscando entender como as igrejas, o Estado, os governos estão confabulando também para seguir oprimindo os corpos das mulheres, das meninas, dos jovens. Há um caso de uma mulher que foi violada e assassinada dentro da sede policial em La Paz; outro caso alarmante, o de uma menina violada que está sendo obrigada a continuar a gravidez, em que pese ela já ter manifestado desejo de interrompê-la. Estamos nas ruas e contando também com companheiras que estão nas instituições. E estamos convencidas que o trabalho em rede é muito importante. Há um trabalho grande para reconstituir os tecidos sociais que estão muito esgaçados.⁵⁶

- Algo ecoou quando falávamos sobre os contextos e territórios, e estas vidas cotidianas, às vezes com tantas crises, e em relação a alimentarmo-nos. Ressoou muito que também temos de alimentar a luta, e nisso, como vamos cozinhando, como vamos escutando nosso entorno e a natureza? Como vamos colocando potência nesses recursos? Como podemos fazer um pouco de alquimia para poder alimentarmo-nos também disso que geramos, quando nos encontramos e nos escutamos? Ecoou muito que também temos de alimentar nossa luta com um alimento

56 Kiyomi Nagumo.

mais material e concreto, assim como devolver e armarmos esse corpo coletivo, alimentando-nos todas e entre todas.⁵⁷

Entre os temas debatidos no trabalho de grupo, foi acrescentada a questão das mudanças climáticas, da soberania alimentar e do direito à vida, entre o que necessitamos. Considerou-se o aumento do feminicídio na pandemia, a insegurança, a pobreza que está grande e, assim como a fome, tem aumentado, todos esses fatores do contexto que afeta as formas de nossa organização. Não podemos sair, temos que voltar antes, não podemos passar por todos os lugares.⁵⁸ Os telefones nos aproximam, mas precisamos de nos encontrar presencialmente também, e sair às ruas.⁵⁹

O que nos vincula entre nós?

- Somos pessoas que lutam contra a monocultura, o monocultivo extensivo, que expulsa as populações. Cultura vem de cultivo. Monocultura, como forma de homogeneizar e tapar as diferenças, de matar a diversidade, deve ser compreendida também como uma metáfora para o pensamento único.⁶⁰

- Como mulheres indígenas no Brasil, que compartilharam da experiência das duas marchas das mulheres indígenas que nós construímos, percebi na segunda Marcha que a aliança das mulheres indígenas com outras mulheres, em outros grupos, e conosco da AMB, do SOS Corpo, do CFEMEA, se fortaleceu. E mesmo se algumas de nós indígenas não afirmamos o feminismo como parte de nossa identidade, algumas estão construindo esse processo e entendendo o que é melhor

57 Soledad Perez.

58 Eugenia Sarrias.

59 Rivane Arantes.

60 Clyde Soto.

desde o seu território.⁶¹

- Ubuntu, quer dizer: “Eu sou quem sou, porque somos todas nós”. Eu vejo a luta feminista como um rio e suas diversas correntes. Eu acredito muito na libertação, que cada mulher possa ser dona dos seus quereres, enquanto mulheres na nossa diversidade, pluralidade, e o que vincula a gente é o desejo de ver a outra livre...⁶²

Foram abordadas também questões que podem contribuir para distanciamentos:

- Ao mesmo tempo que nos constituímos como esse conjunto de forças coletivas, de lutas, de desafios ao poder, também nos conformamos como um bloco que é muito combatido pelos poderes. Isso chama a atenção desde o Paraguai, mas que se expande por outros países da região, de como os setores que estão contrários ao que se refere aos temas de mudança climática, por exemplo, estão também tomados pelos que questionam a perspectiva de gênero, a chamada ideologia de gênero, são os mesmos que são antivacina e são os mesmos que defendem a criminalização dos direitos humanos, da luta pela terra, que defendem a expulsão dos povos indígenas dos seus territórios. Esse vínculo que há entre todos esses temas, no entanto, parece que é algo que não desafia as feministas, de como fazer para que suas demandas de um mundo que seja incluyente do todo. Ou porque esta é uma perspectiva que nem sempre está presente, ou porque nem sempre se visualiza desta maneira, o que é a luta feminista, isto é, não são vistas como inclusivas.⁶³

- A força coletiva se constrói através das lutas. O movimento feminista lá atrás, vamos dizer, tinha as suas lutas clássicas. A luta pela legalização do aborto, a luta por creches, pelo fim da violência contra as mulheres. E hoje pensando no que nos junta: é um desafio nos juntar nas lutas das

61 Inara Nascimento Sateré Mawé.

62 Rosana Bevenuto.

63 Clyde Soto.

companheiras por demarcação das terras indígenas, das terras quilombolas. Lutar por esses territórios, lá atrás, não era visto como uma luta feminista. A luta pelo fim do genocídio dos jovens negros é uma luta feminista. Precisamos estar nos aliando nessas lutas. Na AMB temos essa utopia de transformar o mundo pelo feminismo, olhar o mundo pelo olhar feminista. Mas é necessário a gente se aliar com outros movimentos feministas, movimentos sociais, numa luta coletiva a partir das nossas aproximações.⁶⁴

Quais utopias de mundo estamos construindo?

- Na AMB sempre falamos de transformar o mundo pelo feminismo, é esse mundo que a gente imagina, que a gente constrói.⁶⁵

- A II Marcha das Mulheres Indígenas mostrou essa possibilidade, dessa construção já acontecendo, com alianças entre mulheres de diferentes movimentos, de diferentes feminismos, que fortalecem esse mundo como um lugar melhor para todas.⁶⁶

- O mundo que eu queria viver e construir, é aquele em que a gente desfrute sem discriminações, um mundo de poder compartilhado, onde a diversidade seja valorizada, um mundo feminista, num sentido muito abarcador, não num sentido restrito a direitos formais, e que as mudanças abarquem todo mundo, não só as mulheres.⁶⁷

- Imaginamos um mundo: muito mais justo, equitativo, igualitário.⁶⁸

- E a gente imagina um mundo diferente. E aí eu queria falar alguma coisa da nossa imaginação. Pelo menos no Brasil, país muito machista, racista, violento contra as mulheres em particular, muito explorador de tudo,

⁶⁴ Analba Brazão.

⁶⁵ Idem.

⁶⁶ Inara Nascimento Sateré Mawé.

⁶⁷ Clyde Soto.

⁶⁸ Kiyomi Nagumo.

imaginar é um exercício pra nós mulheres, que em si já é revolucionário. Nesse país machista parece que as mulheres não pensam, não desejam, não anteveem o futuro. Pra esse mundo machista, a gente não tem esperança naquilo que virá, e quando a gente exercita a capacidade de dizer que mundo que a gente quer, só esse ato, de imediato, ou no médio e curto prazo, mas em si ele já é uma afronta ao que está colocado, já é uma semente revolucionária, penso eu. Que mundo que a gente imagina: um mundo plural, acima de tudo. No Brasil há a impressão de que só existe uma forma de ser negra, só existe uma forma de ser indígena, tem uma visão homogênea sobre tudo. E aí a gente imagina uma pluralidade, viver em um mundo biodiversificado e não no monocultivo, como falamos. Em vez de uma universidade, queremos uma pluriversidade, pluralidade, a possibilidade de acessar e produzir diferentes formas de conhecimento, de fazer teoria, e a possibilidade de teorizar, porque também para as mulheres não há essa possibilidade nesse mundo machista. Um mundo com justiça: justiça social, justiça reprodutiva, justiça socioambiental, com justiça racial acima de tudo. E pensar também: estamos do lado de cá do Equador, mas ainda estamos muito ancoradas numa visão que a gente está testando pra saber se é possível a gente viver isso. Por enquanto, a gente deseja democratizar o mundo, e também democratizar as nossas vidas. Pensar a democracia não somente como um sistema político, mas como um jeito da vida se organizar, da gente se organizar. Nesse momento é fundamental que a gente possa construir a memória. Porque a nossa memória foi distorcida, ela não foi contada, e agora, ela está sendo – o restinho que tem – apagada com o governo Bolsonaro. A gente quer ter a memória do mundo em que a gente possa construir, possa experimentar a memória da nossa contribuição passada, da nossa colaboração pra garantir o mundo da forma como ele está também. A memória da nossa ancestralidade, da nossa história, e acima de tudo daqueles e daquelas

que nos violentaram, porque isso também está apagado. Nós somos um país sem memória. Por conta disso pessoas aqui reivindicam a ditadura militar para garantir a ordem, essa ordem que nos controla, especialmente as mulheres, que nos violenta. Precisa de memória e de verdade para enfrentar isso. Porque tem muita mentira, e agora tem as mentiras de outro jeito, que se chama fake news... E a gente quer um mundo em que o cuidado seja não só um fim, mas também um meio. Que o cuidado chegue à centralidade da economia. Aquilo que a gente quer poder, um mundo em que a gente possa cultivar o prazer, a alegria, a solidariedade, a festa. Cuidado que é da responsabilidade de todas as pessoas, não só das mulheres, em todos os lugares. Não somente o cuidado doméstico, de saúde, mas como uma perspectiva, um paradigma. E também a gente cultivar um mundo em que seja possível a gente ter conflitos, sem que isso implique controle, mas oportunidade de conflito como parte da própria experiência da democracia. Um mundo em que nada nem ninguém nos determine. Não é pouco o que queremos...⁶⁹

E nas palavras para um breve fim, ficou aquilo que mais significou... Sensibilidade, reflexão, intercâmbio de saberes, trocas, esperanças, vontade de seguir lutando, encontros, aprendizagem, abertura, tessitura, redes, alimento para seguir juntas, sementes, pluralidade, alegria, força, a “juntança” feminista que fortalece...

O tempo muito nos ensinou
Nos ensinou a amar a vida
Não desistir de lutar
Renascer na derrota
Renunciar às palavras e pensamentos negativos
Acreditar nos valores humanos
e a ser otimistas
Aprendemos que mais vale tentar

69 Rivane Arantes.

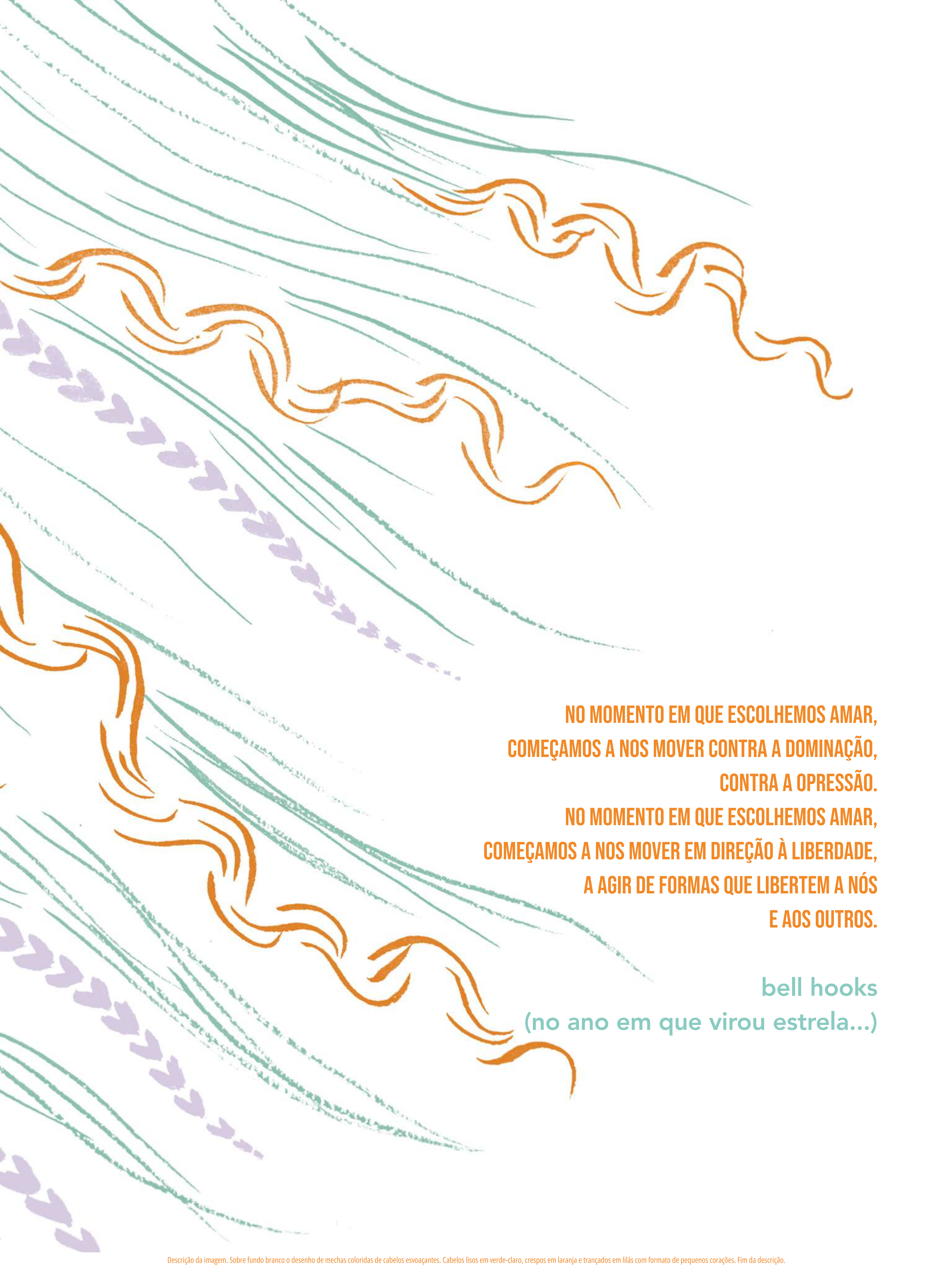
que recuar
Antes acreditar que duvidar
que o que vale na vida não é o ponto de partida
e sim a nossa caminhada

(Cora Coralina, colocada no plural)

As despedidas foram feitas em meio às expectativas de um (em breve) encontro presencial, dos quais todas nos ressentimos, para que possamos nos escutar, tratar de nos entender e continuar a falar do “nós” e dos espaços que “vamos” construindo juntas.



Descrição da imagem. Sobre fundo branco, ilustração de quatro mulheres de costas e abraçadas uma do lado da outra. A da esquerda tem cabelos longos em tranças afro em roxo que formam pequenos corações. Ao lado, uma mulher de cabelos lisos verde-escuro, de corte reto na altura da nuca. À direita, uma mulher de cabelos verde-claro, lisos e com uma trança laranja com uma pena na ponta. Ao lado, uma mulher de cabelos laranja, crespos com corte blackpower e usa um colar com um pingente de búzio. Fim da descrição.



NO MOMENTO EM QUE ESCOLHEMOS AMAR,
COMEÇAMOS A NOS MOVER CONTRA A DOMINAÇÃO,
CONTRA A OPRESSÃO.

NO MOMENTO EM QUE ESCOLHEMOS AMAR,
COMEÇAMOS A NOS MOVER EM DIREÇÃO À LIBERDADE,
A AGIR DE FORMAS QUE LIBERTEM A NÓS
E AOS OUTROS.

bell hooks
(no ano em que virou estrela...)



edições
sos corpo



EDICIÓN EN ESPAÑOL



Esta publicación contiene
audiodescripción.

ABRE CAMINOS

VIENTOS QUE SOPLAN DE LOS
DIÁLOGOS INTERCULTURALES FEMINISTAS

ORGANIZADO POR
Rivane Arantes



edições
sos corpo

Descripción de la imagen. El libro trae dibujos de mujeres de diferentes etnias y edades. Son mujeres negras, indígenas, blancas con mezclas de rasgos y formas fuera de estereotipos, mostrando la diversidad de la mujer latinoamericana. La portada tiene un fondo de color naranja, en la esquina inferior izquierda, un dibujo con trazos marcados del rostro de tres mujeres distintas, sus cabellos están al viento. La primera tiene rostro color naranja y cabello blanco ondulado. Más abajo, una mujer con rostro rojo oscuro y cabello verde oscuro liso. La tercera tiene rostro verde oscuro y el cabello largo y trenzado de color verde claro. Fin de la descripción.

A B R E CAMINOS

VIENTOS QUE SOPLAN DE LOS
DIÁLOGOS INTERCULTURALES FEMINISTAS

ORGANIZADO POR
Rivane Arantes

RECIFE
2022



edições
sos corpo

ABRE CAMINOS

Vientos que soplan de los diálogos interculturales feministas

Organización Rivane Arantes

Edición SOS Corpo (Rivane Arantes)

Sistematización Rivane Arantes e Carla Batista

Diseño gráfico, portada, ilustraciones y diagramación Nathália Queiroz

Revisión Cristina Lima

Traducción Lorena López

Descripción de audio Cris Kenne

Producción Ejecutiva Rivane Arantes

Producción de Publicación SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia e Articulação Feminista Marcosur (AFM)

Apoyo Pão para o Mundo e Fundo Mujeres Del Sur

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Abre caminhos [livro eletrônico] : ventos que sopram dos diálogos interculturais feministas = Abre caminos : vientos que soplan de los diálogos interculturales feministas / organização Rivane Arantes ; [ilustração Nathalia Queiroz ; tradução Lorena López]. -- Recife, PE : SOS Corpo, 2022.
PDF

Ed. bilíngue: português/espanhol.
ISBN 978-65-87864-06-8

1. Estudos interculturais 2. Feminismo - América Latina 3. Mulheres - Aspectos sociais 4. Pluralismo cultural I. Arantes, Rivane. II. Queiroz, Nathalia. III. Título: Abre caminos : vientos que soplan de los diálogos interculturales feministas.

22-132646

CDD-305.42

Índices para catálogo sistemático:

1. Feminismo : Sociologia 305.42

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380



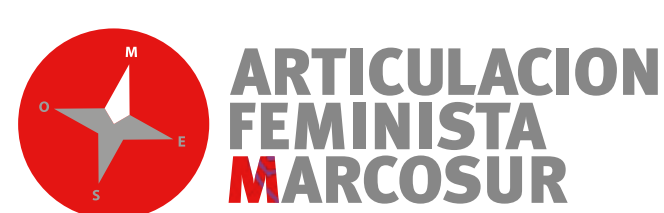
Todos los derechos reservados a Edições SOS Corpo
Dirección: Rua Real da Torre, 593 Madalena, Recife - PE
Teléfono: (81) 3087-2086
Página web: soscorpo.org
Correo electrónico: sos@socorpo.org.br
comunicacao@soscorpo.org.br

Sugerimos y alentamos la reproducción total o parcial del contenido de esta publicación, siempre y cuando se cite la fuente.



PRODUCCIÓN DE PUBLICACIÓN:

APOYO:





Descripción de la imagen. Sobre un fondo rojo vibrante, el dibujo de tres mujeres vistas desde arriba. Llevan faldas de vuelo largas en tonos claros de verde, azul y violeta. Cada una sostiene, por encima del hombro, un mechón grande de cabello que se desprende de una enorme trenza de color naranja. La trenza surge de la parte inferior de la página y sus puntas entrelazan a las tres mujeres. Fin de la descripción.

GRACIAS

A todas las compañeras feministas que construyen la Articulación de Mujeres Brasileñas (AMB) y la Articulación Feminista Marcosur (AFM), así como también a todas las que construyen los diferentes movimientos feministas, de mujeres y de otros movimientos sociales —del campo, aguas, selvas y ciudades de América Latina— con los que tenemos una relación de alianza y cooperación y con los que juntas luchamos por un mundo con libertad, justicia e igualdad. Gracias por compartir sus experiencias, conocimientos y por hacer posible el entretelar de estos Diálogos Interculturales a lo largo de toda una década.

AGRADECIMIENTO ESPECIAL

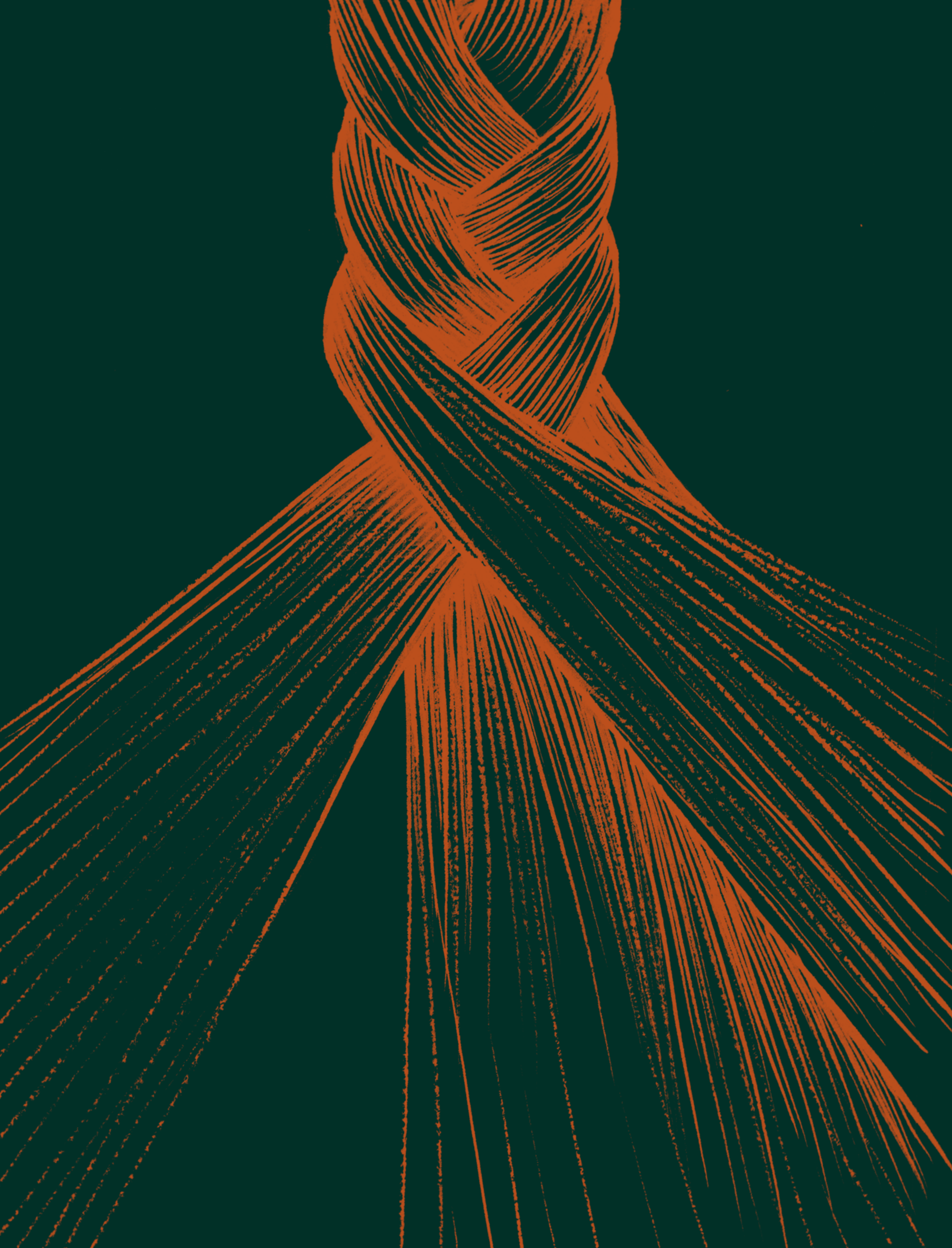
A las compañeras de la Articulación de Mujeres Brasileñas (AMB), de la Articulación Feminista Marcosur (AFM) y de sus aliadas y compañeras que nos prestan sus palabras y sus sentimientos para estas memorias. A Ana Lúcia da Conceição (Fórum de Mulheres do Espírito Santo/AMB/AFM), Cláudia Mejía (Red Nacional de Mujeres/AFM/Colombia), Clyde Soto (Centro de Documentación y Estudios – CDE/AFM/Paraguay), Edna Machado (AMB Rio de Janeiro/AMB/AFM), Eugenia Sarrias (Lxs Safinas/AFM/Argentina), Geneviève Remy - Gê (AMB Paraíba/AMB/AFM), Inara Nascimento Sateré Mawé (Universidade Federal de Roraima - UFRR/AMB/AFM), Jolúzia Batista (CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria/AMB/AFM), Kiyome

Nagumo (Salvaginas/Bolivia), Leonice Tupari (AMB/AFM), Liliane Brum (Redeh – Rede de Desenvolvimento Humano/AMB/AFM), María Ángela Sotelo (Coordinadora de la Mujer de Bolivia/AFM), Maria Gavião (Fórum de Mulheres de Imperatriz/AMB/AFM), Rogéria Peixinho (AMB Rio de Janeiro/AMB/AFM), Rosana Bevenuto (Fórum de Mulheres de Pernambuco/AMB/AFM), Soledad Perez (CISCSA - Ciudades Feministas/AFM/Argentina), Tatiana Peixoto (Anmiga – Associação de Mulheres Indígenas/Brasil), Zoila Monasterio (Red de Mujeres Afrolatinoamericanas, Afrocaribeñas y de la Diáspora/Bolivia) y Analba Brazão, Carmen Silva, Rivane Arantes y Verônica Ferreira (SOS Corpo Instituto Feminista para la Democracia/AMB/AFM).

A las compañeras y lideresas indígenas Elisa Pankararu del Departamento de Mujeres Indígenas de la Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME); Josiléia Kaingang, doctoranda en Antropología Social de la Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); y a las que integraron el Comitê Inter-Tribal do Nordeste y el Conselho Nacional de Mulheres Indígenas (CONAMI) en 2011.

A Daniele Braz y Carla Batista, compañeras que promueven la AMB y que aportaron los registros de los Diálogos Interculturales de 2014 y 2021, respectivamente.

Finalmente, a las organizaciones y movimientos feministas de la Articulación Feminista Marcosur (AFM) que han hecho posible la realización de estos Diálogos Interculturales a lo largo de una década: a la Articulación de Mujeres Brasileñas (AMB), CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria, CISCSA - Ciudades Feministas, Colectivo Leila Diniz, Redeh- Rede de Desenvolvimento Humano y SOS CORPO Instituto Feminista para la Democracia.



ÍNDICE

PREFACIO	90
 «En este buen vivir, necesitamos sentir placer»	
DIÁLOGOS INTERCULTURALES 2011.....	96
 En la mitad del mundo, mujeres indígenas y negras se encontraron...	
DIÁLOGOS INTERCULTURALES 2014	123
 Nuestros cuerpos y territorios em las ventanas [La pandemia del covid-19]	
DIÁLOGOS INTERCULTURALES 2020.....	132
 Las redes que nos tejen y retuercen	
DIÁLOGOS INTERCULTURALES 2021	141



PREFACIO

Rivane Arantes

«Tu mirada, tu mirada mejora,
mejora la mía»
O seu olhar, Arnaldo Antunes

Los imaginarios colonizados continúan leyendo a América Latina, sus pueblos y culturas desde visiones como el atraso, el vacío, la barbarie, el desorden... Incluso, nosotras, que aquí vivimos, nos construimos y la construimos, muchas veces nos vemos atravesadas por esos (re)significados también. Es que el mar de la historia se nos hace turbulento, avanza y retrocede en un vaivén constante que se mueve muy al gusto de lo que se produce en ultramar.

Pero aquí, justo aquí, también hierve un caldero de culturas diversas, donde la pluralidad de sujetos y los modos de vida que les dan gusto y textura (recordemos), paradójicamente con-viven y son «cancelados» por el colonialismo incesante, usando una palabra de moda, pero que por encima de todo, resisten a las adversidades de los procesos históricos. Resistencia/imaginación... ¡Es nuestro nombre!

Mantener viva esta diversidad, en un territorio devastado durante tanto tiempo por la acción colonial extractiva del capital racista y patriarcal, exige un ejercicio profundo de inter-acción entre las poblaciones históricamente marginalizadas y violentadas. Ha sido y es en nuestros territorios que, entendidos como nuestros cuerpos y espíritus —como bien lo expresaron las mujeres indígenas en la I Marcha de las Mujeres Indígenas de Brasil en 2019— de las mujeres negras, indígenas, cimarronas, LBTQIA+, del campo, de las aguas, de las selvas y de las ciudades del

Sur global, donde recaen los impactos negativos de las múltiples crisis del sistema-mundo moderno colonial. Aún más, es en nuestros cuerpos vilipendiados donde sobrevive el engranaje de esta «máquina trituradora de personas», — una alegoría, por así decirlo, de sus políticas de muerte —.

Por lo tanto, en un escenario donde parece no haber fronteras para el avance del capital liberal, racista y patriarcal, las fuerzas conservadoras fundamentalistas, armadas con balas, biblias y/o fake news sirven de aval para proyectos extractivistas y misóginos bajo el pretexto del desarrollo o, peor aún, de las «reivindicaciones» de los derechos humanos y hasta de la propia democracia. Sin embargo, en medio de «pandemias» y «pandemonios» — así hemos traducido la crisis democrática que toca al Brasil y a otros lugares de América Latina — nosotras, las «marginadas de la tierra», pese a que a duras penas nos damos cuenta de que en esta nefasta guerra en contra nuestra estamos relegadas a nuestra propia suerte¹ — nos hemos puesto de acuerdo para no morir²...

Y en esta misión, los hilos que tejen el espacio-tiempo llamado América Latina significan la construcción de alianzas entre una pluralidad de sujetos políticos que trascienden las fronteras de los estados-nación, pero también son el rescate de los saberes ancestrales y el vivenciar de prácticas marginadas. Asimismo, el tejido implica entender los conflictos como parte del proceso de producción de nuevos rumbos y nos enfrenta a la criticidad, ya que cuestiona las formas patriarcales, racistas y capitalistas de organizar la vida en común más allá de los engranajes institucionales o las lógicas políticas, en las relaciones sociales, económicas y culturales.

Este es un ejercicio que implica gestionar (re)conocimientos, extrañamientos, confianza, aprehensión sin dominación, disposición para

1 Banto Steve Biko.

2 Conceição Evaristo.

las luchas comunes, superación de ese lugar de «otra» para no tener miedo del lugar de la enunciación³ y al mismo tiempo, retornos a aprender a mirarnos a nosotras mismas en el acto de mirar a otras⁴, porque sin duda, tu mirada mejora la mía...⁵ Se trata de una oportunidad de hacer posible que los seres humanos y la naturaleza, las mujeres y los hombres, los negros, los indígenas y los blancos, en su pluralidad de experiencias, compartan la misma casa común en igualdad de condiciones de disfrute, trabajo y cuidado.

Es así como, con el objetivo de compartir estas perspectivas existenciales e imaginar juntas futuros posibles, en especial, para las mujeres del Sur del planeta, la Articulación Feminista Marcosur (AFM) y sus organizaciones/movimientos miembros han buscado experimentar formas diferentes de interacción que hemos llamado Diálogos Interculturales. Los Diálogos Interculturales en la AFM son a su vez espacios y metodologías de encuentro entre organizaciones feministas y las múltiples expresiones del movimiento de mujeres y feministas indígenas, afrodescendientes, jóvenes y LGBTQIA+. Tienen como objetivo propiciar una reflexión colectiva entorno de los retos y agendas comunes; de los paradigmas que articulan las prácticas políticas, económicas, culturales y las relaciones sociales; y de los caminos de transformación, desde una perspectiva feminista antisistémica que valore la diversidad de experiencias y el conocimiento de las mujeres de la región.

En la medida en que los imaginarios en disputa (resultado de una pluralidad de sujetos políticos que han buscado mejores condiciones de vida a lo largo de sus luchas en los territorios) se comunican entre sí, los Diálogos Interculturales se manifiestan no solo como una metodología de

3 Djamila Ribeiro

4 CELIBERTI, Lilian. Diálogos Complexos: Olhares de mulheres sobre o Buen Vivir. Articulación Feminista Marcosur. disponible en: http://www.cotidianomujer.org.uy/relatoria_indigenas_br.pdf. Acceso el: 15 de diciembre de. 2021.

5 Arnaldo Antunes

encuentro, sino también como una apuesta política orientada a fortalecer una perspectiva democrática, puesto que estos significan la posibilidad de desestructurar los imaginarios colonizados y/o reconocer, en el plano de la igualdad, la diversidad de universos y los modos de vida.

El feminismo antisistémico, nuestro feminismo — anticapitalista, antipatriarcal y antirracista, que se levanta contra todo lo que nos aprisiona y nos controla a las mujeres, y en especial a las mujeres negras, indígenas, empobrecidas, las mujeres que más han sido vulneradas por el sistema racista, patriarcal y capitalista — aborda el mundo desde la experiencia plural de las mujeres y se reta a ser una herramienta de descolonización — del poder, del saber y del ser —. En la experiencia de los Diálogos Interculturales esto significa sentir hasta qué punto sus propios paradigmas pueden dialogar con los universos y realidades de otras mujeres, cuestionarse sobre el contexto y dejarse atravesar por otras cosmovisiones y culturas, y sobre todo, es experimentar la capacidad de enfrentar los conflictos que surgen de la diversidad de visiones y experiencias, sin por ello perder la capacidad de tejer y mantener lazos y alianzas para construir un común posible.

Esta elaboración habla de esas experiencias. En ella compartimos el esfuerzo para propiciar el encuentro de una pluralidad de mujeres feministas provenientes de territorios, modos de vida y luchas políticas diferentes, fueron ellas, las mujeres indígenas, negras, cimarronas, LGBTQIA+, del campo, aguas, selvas y ciudades quienes se tomaron estos Diálogos Interculturales. Los primeros tres encuentros, que ocurrieron de forma presencial y virtual, fueron exclusivamente entre brasileñas y en nuestro territorio, y el último, celebrado de forma virtual en el marco de la pandemia, contó con la participación de compañeras de varios países de América Latina.

Es un retrato, de aquellos capturados con una cámara Polaroid de

revelado instantáneo, que captura el momento y así, como toda fotografía, es muestra enclavada de un determinado espaciotiempo. Se trata de un breve registro, que no alcanza a traducir plenamente la riqueza de los gestos, palabras y sentimientos vividos durante los cuatro Diálogos Interculturales. Pero son también recortes que tienen la intención de guardar la potencia de los sentidos en una memoria que busca ser un abre bocas anhelante para atraer otros apetitos.

Así, gracias a la colaboración de muchas compañeras que prestaron su palabras y sentimientos para tejer estas escritivencias⁶, compartimos los registros de cuatro Diálogos Interculturales celebrados durante una década (2011-2021). Diálogos que fueron promovidos por la Articulación Feminista Marcosur (AFM) y la Articulación de Mujeres Brasileñas (AMB) con el apoyo de organizaciones/movimientos feministas aliados. Los tres primeros Diálogos fueron organizados por AMB Río de Janeiro, CFEMEA Centro Feminista de Estudos e Assessoria, Colectivo Leila Diniz, Redeh — Rede de Desenvolvimento Humana y SOS Corpo Instituto Feminista para la Democracia y el cuarto por CISCOSA Ciudades Feministas y SOS Corpo.

Nuestra esperanza de esperanzar, es que esta apuesta feminista antisistémica de colocar en diálogo sujetos y paradigmas civilizatorios tan distintos, pueda ser uno de los caminos que nos permita desestructurar imaginarios colonizados y valorar una praxis política que fortalezca tanto nuestras formas de habitar las luchas feministas, como las culturas democráticas, atreviéndonos a pensar nuestros cuerpos de mujeres como territorios políticos, no solo de dominación, sino sobre todo de emancipación.

La palabra comenzó a rodar, las y los invito a unirse a la mesa...

6 Concepto creado por Conceição Evaristo para referirse a la escritura que surge de la vida cotidiana de las mujeres negras.



**«EN ESTE
BUEN VIVIR,
NECESITAMOS
SENTIR PLACER»**

DIÁLOGOS
INTERCULTURALES
2011

**Carmen Silva
Rivane Arantes**

«EN ESTE BUEN VIVIR,
NECESSITAMOS SENTIR PLACER»

DIÁLOGOS INTERCULTURALES 2011⁷

Carmen Silva y Rivane Arantes⁸

En 2011, los Diálogos Interculturales sobre el Buen Vivir celebrados en Brasil, buscaban entender las convergencias y diferencias entre las formas de pensar y vivir de las mujeres indígenas y no indígenas del país. Sin embargo, significaron mucho más, fue un momento muy especial en la historia del movimiento de mujeres indígenas, pues, tal como lo manifestaron al inicio del evento, fue la primera vez que se reunieron para discutir el Buen Vivir. El encuentro, celebrado en Brasilia el 4 y 5 de octubre de 2011, reunió a lideresas de organizaciones de mujeres indígenas y sectores de mujeres en organizaciones indígenas mixtas con el objetivo de contemplar la diversidad regional de los pueblos y de los tipos de organizaciones; y a su vez, reunió a integrantes de la Articulación de Mujeres Brasileñas (AMB) activas en la lucha por la justicia socioambiental y en el debate sobre las alternativas a la globalización. El diálogo giró en torno a la reflexión sobre la situación de las mujeres indígenas y no indígenas, y debatió las causas y las alternativas soñadas para la transformación social y la realidad de la vida de las mujeres, destacando la propuesta del Buen Vivir. Este diálogo forma parte de un proceso organizado en cinco países desde la Articulación Feminista Marcosur (AFM) y, en Brasil, contó con la

⁷ Publicado originalmente en:

<http://www.mujeresdelsurafm.cotidianomujer.org.uy/joomdocs/Di%C3%A1logos%20Interculturais%20no%20Brasil.doc>.

⁸ Carmen Silva es doctora en Sociología de la Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), educadora e investigadora del Instituto Feminista para la Democracia SOS Corpo y activista feminista del Foro de Mujeres de Pernambuco (FMPE/AMB - Articulación de Mujeres Brasileñas). Rivane Fabiana de Melo Arantes es abogada y tiene un Máster en Derechos Humanos en la UFPE. Es educadora e investigadora del Instituto Feminista para la Democracia SOS Corpo, militante del FMPE/AMB y miembro del Comité Latinoamericano y del Caribe para la Defensa de los Derechos de la Mujer (CLADEM/Brasil).

colaboración de organizaciones/movimientos feministas: Articulación de Mujeres Brasileñas (AMB), Redeh — Red de Desarrollo Humano, Colectivo Leila Diniz, SOS Corpo Instituto Feminista para la Democracia y CFEMEA — Centro Feminista de Estudos e Assessoria.

Lo que más deseamos con estas reflexiones es poder pensar sobre lo que podemos hacer juntas, ya que por separado estábamos logrando muchas cosas. Así, a partir de las curiosidades y expectativas iniciales que un diálogo como este podría suscitar, notamos que se insinuaba entre nosotras la idea de que este encuentro pudiera servir también para fortalecer los movimientos de mujeres y la elaboración de políticas públicas dirigidas a mujeres indígenas y no indígenas que suelen ser debatidas en conferencias y otros espacios interinstitucionales. Sin embargo, todo esto dependerá de todas nosotras y de lo que cada organización pueda hacer posible colectivamente.

En los Diálogos participaron 16 mujeres no indígenas de los foros de la AMB y 16 lideresas indígenas: cacicas, vicecacicas, integrantes del Comitê Inter-Tribal do Nordeste y del Conselho Nacional de Mulheres Indígenas (CONAMI) y varias otras organizaciones de mujeres indígenas. Muchas de las mujeres presentes resaltaron que si bien ya habían participado en otros encuentros con el movimiento feminista, los Diálogos lograron proporcionar un momento de construcción colectiva, algo que les faltaba.

Situación de los pueblos indígenas en Brasil

De acuerdo al Censo del IBGE/2010 la población indígena en Brasil es de aproximadamente 817 mil personas, lo que significa que representan el 0,4% de la población total del país. Distribuida en al menos 238 etnias,

con más de 180 lenguas, esta población, vive cotidianamente incontables situaciones de violencia, explotación y discriminación, evidenciadas principalmente en el despojo de sus tierras y en el incumplimiento de los demás derechos humanos.

Prueba de eso se refleja en la obstrucción del desarrollo de una política nacional indígena: en la legalización de territorios tradicionales — que favorecen directamente el capital— y en la articulación de políticas públicas para la implementación de los demás derechos de los pueblos, razón por la que Brasil continúa siendo objeto de monitoreo internacional en lo que se refiere al cumplimiento de los derechos humanos de esta parcela de la población.

Estas acciones están directamente relacionadas con la apuesta del gobierno brasileño por un modelo de desarrollo que explota a las personas y a la naturaleza hasta el agotamiento al mercantilizar todo lo que se compone de vida en esta parte del planeta: la vida de las mujeres y de los hombres, su trabajo, sus cuerpos, sus deseos, sus formas de ser y de hacer.

En este sentido, Amnistía Internacional advierte que «la actual agenda gubernamental de desarrollo representa graves desafíos para los pueblos indígenas», cuyas tierras representan el 13,1% del territorio nacional.⁹ El informe «Sacrificar los derechos en nombre del desarrollo: los pueblos indígenas de América, bajo amenaza/2011», respalda lo que organizaciones indígenas brasileñas llevan años denunciando: «tras siglos de abusos y discriminación, la supervivencia física y cultural de estas poblaciones está colgando de un hilo porque no hay suficiente voluntad política para reconocerlos, respetarlos y protegerlos, toda vez que sus

9 Las tierras indígenas representan el 13,1% del territorio del país: el 98,6% en la Amazonia Legal (Acre, Amazonas, Amapá, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins y parte de Maranhão) y el 1,4% en otras regiones del país (Amnistía Internacional. Informe Sacrificar los derechos en nombre del desarrollo: los pueblos indígenas de América, bajo amenaza, publicado en agosto de 2011).

derechos se consideran obstáculos para el crecimiento económico».

Bajo la misma línea, la Red Social por la Justicia y los Derechos Humanos, en su Informe anual/2011: de las 1.023 tierras indígenas en Brasil, solo 360 están legalizadas.

Igualmente desafiantes son las observaciones del Consejo Indigenista Misionario, en el informe Violencia contra los pueblos indígenas en Brasil, con datos de 2010, publicado en 2011. Según el informe, el gobierno de Lula (2003-2010) fue el que menos tierras indígenas reconoció legalmente entre las últimas gestiones consideradas democráticas en Brasil: solo 79 territorios fueron legalizados en comparación con 145 en el gobierno de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) y 140 en el gobierno de Fernando Collor de Mello (1990-1994). Sumado a esto, el aumento vertiginoso del número de homicidios nos da una visión de lo arriesgado que sigue siendo ser indígena en este país. Hubo al menos 60 homicidios/año en los últimos tres años de la gestión de Lula, con un total de 452 notificaciones de indígenas muertos al final de sus dos mandatos.

Lamentablemente esas cifras no apuntan hacia una perspectiva de cambio en el actual gobierno de Dilma Rousseff. Datos de la misma organización¹⁰ informan que en 2011 fueron numerosas las denegaciones a la garantía de los derechos indígenas, de las cuales destacamos: tan solo tres territorios fueron legalizados y con al menos 300 no se tomó ninguna medida; la desarticulación de la Secretaría Especial de Salud indígena (SESAI); el desmantelamiento del Consejo Nacional de Política Indigenista; el asesinato de 45 indígenas —de los cuales 30 eran de Mato Grosso do Sul, que para entonces era zona de grave conflicto entre productores del agronegocio y el pueblo Guaraní-Kaiowá—; y la solida movilización del Congreso Nacional contra cualquier avance en derechos indígenas,

10 CIMI Informe 995: «Política Indigenista do Governo Federal gera legado de sofrimento e morte em 2011», publicado el 29 de diciembre de 2011.

principalmente en lo que se refiere al derecho a la tierra.

Resulta más complicado aún lo que a finales de 2011 señala el programa Siga Brasil en el sitio web del Senado Federal. Del presupuesto destinado a la política nacional indígena —aproximadamente 877 millones de reales brasileños— el gobierno solo ha empleado el 62,13%. Para nosotras, esto obedece y es resultado de la meta de crecimiento económico de forma totalmente desarticulada de lo social, y que hoy, se traduce mejor en el Programa de Aceleración del Crecimiento (PAC). Este programa busca canalizar todas las políticas económicas hacia la inversión en transporte, energía e infraestructura, y favorece al estrecho camino del agrohidronegocio para la exportación, la explotación ilimitada de los recursos naturales, el alto estándar de consumo, la financiarización de la economía y la sobreexplotación de las personas.

El impacto negativo resultante afecta la vida de todas las personas, aunque sea de forma desproporcionada y vuelve mucho más vulnerable la situación de las mujeres, principalmente la de mujeres indígenas y negras, que se ven rápidamente expulsadas de sus lugares de residencia y de trabajo, de sus territorios ancestrales, que se ven fragilizadas por la muerte de la naturaleza, el acoso y la explotación de sus cuerpos forzados a trabajos precarios y extenuantes.

Sin embargo, la gravedad de esta realidad no da cabida a desfallecer y los pueblos indígenas continúan resistiendo a esta violencia y luchando para no perder los pocos avances que han conquistado.

El movimiento indígena en Brasil

En este sentido se construye el movimiento indígena en Brasil, con el objetivo de reivindicar la implementación de políticas públicas que

garanticen los derechos humanos de los pueblos indígenas desde el Estado brasileño y como recordatorio a toda la sociedad, de que son personas, sujetos políticos con modos propios de ser y de vivir y que con su trabajo producen riqueza para el país y tienen al mismo tiempo el derecho de usufruirla.

Esta lucha de los pueblos indígenas, que no es reciente, ha sido resistencia frente a todas las formas de explotación y colonización. En tal sentido, llaman la atención entre sus diversas estrategias los esfuerzos por una acción articulada entre pueblos, comunidades y organizaciones indígenas en la defensa de sus derechos comunes, y cuya prioridad central es el derecho a la tierra, entendida no apenas como un medio de producción, y sí como lugar de reproducción social, donde se imbrican la maternidad, la espiritualidad y la trascendencia, y se extiende a la reivindicación de otros derechos (educación, salud, vivienda, etc.).

Al incorporarse a estos procesos de lucha institucional a partir de 1980¹¹, las mujeres indígenas, — tal y como sucede en la experiencia de mujeres no indígenas — traen consigo la vivencia de lo cotidiano, la cuestión del espacio privado, aspectos que hasta entonces eran excluidos de la vida pública, ámbito que a su vez era exclusivamente ocupado por líderes masculinos.

Fue en diálogo sobre sus problemas con otras mujeres indígenas y no indígenas, en reuniones locales, nacionales e incluso internacionales a partir de la década de 80, que muchas mujeres intercambiaron sus experiencias y construyeron nuevas capacidades, entre las cuales figuran, el control social, y asimismo, se fortalecieron como organizaciones de mujeres. Sin embargo, para estas mujeres y, en este caso, las mujeres indígenas, nunca fue un ejercicio fácil y a menudo, el cumplimiento de sus

¹¹ Las dos primeras organizaciones de mujeres indígenas surgieron en la década de 1980: la Asociación de Mujeres Indígenas del Alto Río Negro (Amarn) y la Asociación de Mujeres Indígenas del Distrito de los Ríos Taracuá, Uaupés y Tiquié (Amitrut), en la Amazonia. Todas las demás se formaron en la década de 1990.

«roles de madres» y esposas, aunado a la exigencia de ser modelos para su comunidad fue la contrapartida de su ingreso al mundo de la política institucional.

Si bien por un lado las mujeres indígenas pasaron a participar de forma más sistemática en las luchas generales del movimiento indígena, — aun cuando tenían un cierto grado de invisibilidad y enfrentaban una fuerte resistencia por parte de las comunidades — por el otro, desafiaron al movimiento con nuevas propuestas construidas en espacios específicos de mujeres. Entre estas, problemáticas como la violencia familiar intra e interétnica, la salud reproductiva, el acceso a financiación para generar ingresos, la soberanía alimentaria, la participación de mujeres en la toma de decisiones, etc., fueron claras señales de que otro modo de ocupar ese mundo era posible para mujeres y hombres indígenas también.

Y ese fue el mensaje que las mujeres y en particular las mujeres indígenas aportaron desde sus experiencias a los Diálogos Interculturales sobre el Buen Vivir en Brasil; la violencia contra las mujeres en contextos aparentemente no violentos, el carácter único de las resistencias, las tentativas de las mujeres por organizarse, el «pensamiento pensante»¹² y el deseo palpitante del cambio.

Nosotras las mujeres, nuestras vidas y nuestras luchas

Continuamos en nuestro deseo por el encuentro entre indígenas y no indígenas dialogando en grupos sobre nuestra situación como mujeres, nuestra vida tal como es, haciendo uso de elementos que suscitan la reflexión sobre la sexualidad, el trabajo, la violencia y el poder

12 COLLIN, Françoise. Textualidade da liberação: liberdade do texto. In: Cadernos de Crítica Feminista, año IV, N.3, dic/2010. Recife, Edições SOS Corpo, 2010.

y cómo estas dimensiones nos sitúan en el mundo y cómo nos ubicamos en función de ellas, cuáles son nuestras convergencias y diferencias. La idea era, a partir del análisis de la situación de las mujeres, tomar posición de forma colectiva frente a las perspectivas de transformación social y en particular sobre el Buen Vivir, una propuesta planteada en el debate de los movimientos sociales por los pueblos originarios andinos.

Se invitó a las mujeres a formar parte de los grupos, según su interés, para así poder contar con grupos mixtos (indígenas y no indígenas) e intercambiar las distintas experiencias de las mujeres en los diferentes contextos y pueblos a partir de un planteamiento inicial. En una segunda ronda del debate, todavía en los grupos, se nos invitó a todas a reflexionar sobre nuestras luchas en cada una de esas dimensiones. Por último, todo se presentó en plenario y se debatió, identificando las convergencias y las diferencias.

Pese a las diferentes situaciones de vida y a los distintos contextos, encontramos que las mujeres vivimos en común la dominación patriarcal, la explotación laboral, la violencia machista y el control sobre nuestros cuerpos, aun cuando, todo ello se manifiesta de forma distinta según la situación local y otras formas de dominación a las que estamos sometidas, como la dominación étnica y racial.

Violencia contra mujeres

El debate expuso elementos sobre la situación de la violencia contra las mujeres, discutiendo como factor principal el machismo. Así como el movimiento feminista, las mujeres indígenas afirmaron que la violencia practicada por los hombres es una forma de disciplinar nuestro comportamiento, pero que a su vez, esta se ve agravada en situaciones de

conflicto por la tierra y en las zonas de grandes proyectos de desarrollo, como es el caso de los indígenas contra los arroceros en el conflicto en Raposa Serra do Sol. Apuntaron además el problema que se vive en los pueblos con relación al consumo de bebidas alcohólicas y evalúan que esto induce la práctica de abusos sexuales, golpizas y maltrato contra las mujeres y los ancianos indígenas.

De la violencia sufrida por las poblaciones indígenas, tres aspectos fueron los más destacados en los Diálogos: la violencia en situaciones de conflictos agrarios y/o relacionados con la ejecución de obras de infraestructura; la situación de ancianos indígenas que no entienden bien el portugués y se ven marginalizados de las instituciones, en particular durante la gestión de la pensión en el INSS¹³ o cuando solicitan intervenciones quirúrgicas en la FUNASA¹⁴, y no reciben atención con la debida urgencia; y por último, la violencia simbólica constatada principalmente por la pérdida de la lengua en la mayoría de los pueblos.

Las mujeres indígenas no destacaron luchas específicas emprendidas contra la violencia, pero informaron que han organizado acciones de apoyo individual a las mujeres que enfrentan esta situación; entre las cuales, se han llevado a cabo seminarios sobre la Ley Maria da Penha con el propósito de que esta ley llegue hasta las aldeas; y han tomado medidas colectivas de enfrentamiento al abuso de bebidas alcohólicas.

Es en este contexto que surgió una pregunta en el debate: ¿cómo se resuelven los delitos de violación, golpiza y asesinato de mujeres en las aldeas? Según algunas mujeres indígenas, en el caso de asesinato, el cacique entrega el indígena a la FUNAI¹⁵ o a la policía y, en el caso de abuso sexual, en general, se da tiempo para que el agresor «cambie de idea». Esta afirmación revela la norma imperativa de que los delitos

13 INSS- Instituto Nacional de Seguro Social, entidad pública federal responsable, entre otras cosas, de la pensión.

14 FUNASA - Fundación Nacional de la Salud, entidad federal responsable, entre otras cosas, de la salud indígena.

15 FUNAI - Fundación Nacional del Indio, entidad federal responsable de las poblaciones indígenas.

sexuales contra las mujeres tienen menos valor social.

En relación con el alcoholismo, el debate planteó otra cuestión común en los talleres de reflexión que se realizan en el movimiento de mujeres: «¿golpea porque ha bebido o bebe para golpear?». Existe un consenso de que la razón principal es el machismo, comprendido aquí como una expresión del patriarcado. En ese sentido, la violencia contra las mujeres ha sido confrontada por el movimiento feminista no como un problema individual, y sí, como un problema de la sociedad al que el Estado debe responder. Las mujeres no indígenas manifestaron que la Ley Maria da Penha no llega a las aldeas por estar demasiado alejadas de los centros urbanos, pero informan, que de hecho, más allá de las capitales, la ley tampoco llega a los municipios ni a los polos regionales, y que incluso en estos, los servicios de acompañamiento para estos casos están muy por debajo de las necesidades.

Algunas indígenas afirmaron que las religiones han sido un factor de enorme violencia cultural. Según ellas, «hay parientes que acuden a la Iglesia Evangélica y les llenan la cabeza de ideas insensatas y eso hace que pierdan su propia religión, nuestro toré, nuestra pintura, y en eso se pierden las raíces; se infiltran, abren una iglesia dentro de la aldea y gritan todo el tiempo, pero Dios no es sordo». Incluso, hay situaciones de violencia contra las mujeres que se legitiman por la cultura o la religión. En ese sentido, la resistencia individual y las acciones colectivas de la lucha de las mujeres por sus derechos son muy importantes.

Poder y reconocimiento

En lo que se refiere al diálogo sobre el poder, las mujeres indígenas hablaron de sus luchas frente a las cuestiones de poder en el movimiento

indígena y del desafío de hacer frente a la falta de su reconocimiento en las políticas públicas. Según ellas, la idea de una relación con la «madre tierra» que predomina en el debate indígena, es decir, la relación con la naturaleza, es una cosmovisión que valora a las mujeres, pero que no siempre se respeta.

La visión del poder, como es defendida por las mujeres indígenas, valoriza el diálogo y la cultura. Son suyas las expresiones como: «no podemos estar al frente, tenemos que estar siempre en contacto con el otro»; «queremos demostrar que las mujeres indígenas son capaces de ejercer el poder para el bien de su pueblo, no para perder su identidad cultural». Informaron, que además, buscan que los caciques apoyen las luchas de las mujeres. Si bien la visión indígena sobre estar en el poder es trabajar para el bien común, «hay indígenas que tienen poder, son elegidos como diputados y se dejan comprar por el sistema capitalista blanco». En las organizaciones indígenas, afirman: «cuando se trata de elegir a una mujer, los hombres no votan, dicen que no quieren que los mande una mujer».

Las mujeres no indígenas compartieron los desafíos frente al ejercicio del poder en la sociedad patriarcal, las privaciones materiales y legales para asumir cargos públicos y los problemas a los que nos enfrentamos, incluso, dentro de los movimientos sociales, cuando están compuestos por hombres y mujeres. Todas llegamos a la conclusión que «necesitamos articularnos para ejercer el poder» y que el «poder que queremos es para la transformación, para un mundo mejor, mientras nos transformamos a nosotras mismas». En el encuentro hubo consenso en torno a la defensa de la ampliación de las cuotas de mujeres en el poder legislativo y ejecutivo. Además, se señaló que el hecho de que tengamos una mujer como presidenta de la república es un tema de debate sobre el poder, no obstante, se enfatiza en que el Plan Nacional de Políticas para la Mujer

(PNPM) no se ha implementado efectivamente.

Nosotras las mujeres tenemos una fuerza que genera procesos de cambio. Cada una de nosotras hace de su propia historia de vida un momento de fractura. Eso nos une y nos mueve. En muchas de las luchas contra el gobierno y las grandes empresas, las mujeres lideran. La afirmación general que resultó del encuentro fue: «Nosotras no queremos los grandes proyectos que impone el gobierno: Belo Monte, la transposición del río San Francisco... nosotras usamos el poder de los argumentos en nuestras luchas. No podemos vivir bien al ver cómo destruyen y expropián la naturaleza y cómo acaban con nuestra cultura».

Derecho al trabajo y la autonomía económica

El trabajo para el Buen Vivir tiene un significado fundamental pues implica poder y calidad de vida, educación, salud, etc. Este es un punto en común entre las mujeres indígenas y no indígenas presentes en los Diálogos, la cruel realidad de ser responsables del trabajo doméstico y de «ganarse la vida» de manera informal.

El grupo encargado de discutir este tema planteó un análisis de la situación laboral de las mujeres en diferentes contextos: «nosotras las mujeres trabajamos el doble que los hombres porque trabajamos fuera y dentro de casa. Muchas de las mujeres que trabajan vendiendo cosas en la calle, llegan a sus casa exhaustas y tienen que cocinar, lavar ropa, etc. No reconocen nuestro trabajo y ganamos menos que los hombres. Luchamos para tener un nivel de salario igual al de los hombres, nuestro dinero no garantiza nuestro Buen Vivir, sobre todo si somos cabezas de familia».

Las mujeres indígenas relataron que se dedican al trabajo doméstico

y a la artesanía, muchas cultivan y crían animales para mantener a sus familias, algunas se encargan de la reforestación y el abastecimiento de semillas, otras cultivan hierbas para los remedios y también ejercen labores de difusión cultural.

A pesar de toda esta sobrecarga laboral, las condiciones de vida son muy precarias. Las mujeres son menos escolarizadas que los hombres, tienen menos acceso al mercado laboral y a la universidad. Además, tienen menos acceso a préstamos bancarios, pues muchas carecen de documentos de identidad (RG, CPF, CNPJ...)¹⁶ y no logran acceder a créditos. Además, existen diferencias en el acceso a los espacios para vender sus artesanías y muchos prejuicios, por tales motivos, las mujeres indígenas se organizan en asociaciones y colaboran entre sí para poder vender sus propias artesanías y las de las otras.

En el caso de las mujeres indígenas que viven en ciudades, no existe ningún tipo de políticas específicas, se les obliga a obtener un registro de artesano y son tratadas de forma igual o peor que todas/os las y los ambulantes. No hay un reconocimiento de la identidad indígena y se sienten violentadas dada la explotación del trabajo por parte de los intermediarios que compran artesanías en las aldeas por precios bajos y las venden por un valor mucho mayor en las ciudades y en los puntos turísticos.

Las mujeres indígenas provenientes del noreste y del sureste brasileño afirmaron que la vida de las mujeres en las aldeas no es muy diferente a la vida en la ciudad. Muchas de ellas trabajan en la aldea y venden sus productos en la ciudad, pero sus maridos les quitan y manejan su dinero. Mientras que en el norte, las mujeres indígenas tienen menos contacto con «los blancos», por esta razón, aprenden menos portugués

¹⁶ En Brasil, RG es la abreviatura de la Cédula de Identidad formalmente titulada Registro Geral, CPF significa Registro de Persona Natural y CNPJ significa Registro Nacional de Persona Jurídica.

y permanecen más aisladas en las aldeas como consecuencia de una limitación lingüística. El aprendizaje de la lengua portuguesa es un factor que también marca la diferencia en las oportunidades para los pueblos indígenas. Las mujeres señalan esta problemática que se evidencia en «la falta de abogados, médicos y otros profesionales indígenas, pues por mucho hay políticos, porque los pueblos indígenas solo logran las cosas si tienen un político». Tal situación es diferente para las indígenas del noreste porque hablan portugués, sin embargo, sienten un descontento porque no se les incentiva a estudiar, «porque los hombres son muy racistas y machistas».

Las luchas puestas en marcha, como lo relataron las mujeres no indígenas, tienen como objetivo reivindicar políticas públicas dirigidas a fortalecer la autonomía de las mujeres, como lo son las guarderías, lavanderías, restaurantes populares, entre otros; la igualación de los derechos de las trabajadoras domésticas con los de otras categorías de trabajadores; el reconocimiento del trabajo doméstico no remunerado como trabajo y la garantía de los derechos de seguridad social. A su vez, las mujeres indígenas se refirieron a la necesidad de políticas públicas dirigidas a generar ingresos; a espacios para comercializar sus artesanías y su reconocimiento como indígenas para acceder a estos espacios; préstamos financieros para la producción; y el fin de la discriminación y los intermediarios.

El encuentro concluyó que, en el ámbito laboral, el análisis de la situación de las mujeres indígenas y no indígenas se asemeja mucho, a pesar de las diferencias de clase social en las ciudades y las existentes entre los distintos pueblos indígenas según su cultura. La división sexual del trabajo es común en ambos territorios, ya que existen diferencias en sus formas entre los pueblos indígenas. Las políticas macroeconómicas dictadas por los países centrales del mundo influyen en nuestras leyes,

normas y condiciones de trabajo. Un ejemplo de ello es el problema de la privatización del agua en Manaos tras un acuerdo del gobierno con empresas europeas. Con esto, el gobierno ha creado un grave problema para las mujeres que necesitan el suministro de agua para la vida cotidiana.

La experiencia de la sexualidad y el placer

Prohibiciones, interdicciones, silencio, miedo... no conocerse a sí misma, a su propio cuerpo, su sexo... sentimientos de culpa, de pérdida, de no saber qué es el orgasmo, el amor libre... perder la virginidad... el no poder hablar con la familia sobre sexualidad, enfermedades sexuales. Son siempre estas las frases que surgen cuando reunimos a las mujeres para hablar de sexualidad y con las mujeres indígenas no fue diferente. Tal como en otros círculos de conversación, al principio, también se rieron mucho en la discusión sobre sexualidad. «El sexo siempre genera risas, hay que buscar relajarse», dijeron. De acuerdo a algunas de las participantes: «necesitamos relajarnos porque no nos sentimos cómodas, porque se nos priva del placer, se nos trata como instrumentos de reproducción».

El diálogo sobre sexualidad estuvo lleno de testimonios y de muchos puntos en común en las experiencias de las mujeres indígenas y no indígenas. Hablar de sexualidad en las aldeas, según algunas de ellas, es muy delicado debido a la forma en que los principios morales fueron transmitidos por sus antepasados: «hablar de esto con las hijas era una falta de respeto, vigilaban los posibles noviazgos y cuando estos ocurrían eran obligadas a casarse, o de lo contrario podrían incluso morir. Hoy en día es una barrera que se está rompiendo, se habla de ello en casa, en las escuelas ya están trabajando...».

Una de las participantes en la reunión se refirió a la necesidad de

un cambio: «la sexualidad es un tema muy presente, que, aunque lo es para las mujeres no indígenas, es mucho peor para las mujeres indígenas, pues estamos mucho más subordinadas a la reproducción. Nuestro cuerpo ni siquiera termina de formarse y ya estamos pariendo. Nosotras, las indígenas, tenemos que romper con este paradigma de la cultura. Tenemos que transformar esa situación en nuestras comunidades. ¡Todas las culturas se transforman!» Según ella, en las aldeas también existen todo tipo de «diferencias sexuales» y, asimismo, mucha represión. Haciendo referencia a personas homosexuales y lesbianas afirma que hay etnias que aceptan y otras que expulsan de las aldeas a las personas que tienen una relación afectivo-sexual con personas del mismo sexo.

Las mujeres no indígenas también dieron su testimonio sobre sus experiencias de sexualidad. Estas experiencias están marcadas por la represión en las familias de formación cristiana y por los problemas que resultan dentro de este contexto en lo que se refiere a las condiciones para la búsqueda del placer, en lo relativo a la salud sexual y reproductiva y en la construcción de una subjetividad femenina que ha sido sometida, como si se tratase de un cuerpo al servicios del otro, es decir, la forma como el cuerpo de las mujeres es visto por la sociedad, los medios de comunicación, por los hombres y muchas veces, por nosotras mismas, como estando disponible al placer masculino. El debate estuvo marcado al final por una frase muy significativa para el feminismo: «En este Buen Vivir, necesitamos sentir placer».

El debate sobre el Buen Vivir

En Brasil, el debate en torno al Buen Vivir como un nuevo (viejo) paradigma de sociedad es muy reciente y aún está mayoritariamente

circunscrito a un pequeño grupo de intelectuales que estudian la poscolonialidad en espacios académicos o que, como partícipes de organizaciones de la sociedad civil, cuestionan los reflejos negativos que el modelo de desarrollo impone en la vida de las mujeres y los hombres de esta parte del planeta.

De forma más reciente, en particular, los pueblos indígenas de la Amazonia y parte de la región noreste han venido reflexionando sobre esta nueva perspectiva y preguntándose sobre la pertinencia de esta propuesta en el universo heterogéneo de las formas de ser, conocer y hacer de sus pueblos, bajo el lema «¿cuál es nuestro buen vivir?» Y queda «claro», que, por todo lo que se ha dicho aquí, en el momento de darse a conocer el debate, para las mujeres indígenas este es aún más reciente.

En ese sentido, nuestra reflexión sobre el Buen Vivir se enriqueció al plantearse por los caminos de la interculturalidad en el diálogo entre mujeres no indígenas e indígenas, quienes además trajeron a debate las marcas de otras identidades (las ribereñas, pescadoras, campesinas, artesanas...) marcando más las diferencias y promoviendo una reflexión más amplia sobre la realidad de las mujeres.

El camino que elegimos tenía como telón de fondo el deseo de transformación de la sociedad y de nosotras las mujeres, de modo que, los distintos hilos de nuestras vidas nos llevaron por la esfera de la política, de la economía y de la cultura a cuestionarnos sobre en qué mundo queremos vivir y cómo se puede realizar esa transformación, al adoptar lo que, para esta ocasión, también inquieta a los pueblos indígenas brasileños y a nosotras, mujeres indígenas y no indígenas: «¿cuál es nuestro buen vivir?»

El Buen Vivir es una idea, una forma de ocupar el mundo, una propuesta desde la experiencia ancestral de los pueblos indígenas de América Latina como contrapunto a la experiencia del capitalismo occidental, pero al mismo tiempo como perspectiva de futuro. Es una

forma de concebir el mundo como un ser integral, donde seres humanos y naturaleza están interconectados y, por tanto, gozan de la misma importancia y derechos. Contrario a la centralidad del ser humano y a la voracidad del progreso, el Buen Vivir condena toda la red que mantiene esta sociedad: la mercantilización de la naturaleza, del tiempo, del trabajo de las mujeres y de los hombres; la subordinación de la naturaleza a las personas; la competencia y la violencia como piezas de la maquinaria y la hegemonía de un modelo homogéneo de organización social, guiado por un sesgo blanco y elitista, que extermina otras formas de vivir.

Con ello, el Buen Vivir se ha convertido en una oportunidad saludable para ahondar en nuestra reflexión sobre la transformación social, tomando como referencia nuestros deseos acerca del mundo en el que queremos vivir; en cómo debe ser la relación entre hombres y mujeres; así como también entre los seres humanos y la naturaleza y las relaciones de poder en la familia, en la comunidad y en el Estado.

Para nosotras las mujeres no indígenas, críticas del modelo de desarrollo, —que ha sido tejido a partir de la negación del modo de producción capitalista, racista y sexista— rescatar lo innovador en la propuesta del Buen Vivir, como la relación de pertenencia de los seres humanos con la naturaleza; la necesidad de construir otro modelo de producción y consumo; la posibilidad de tener una vida sana en detrimento de lo que hasta ahora se ha practicado en la producción de alimentos; la coexistencia de sociabilidades diversas, construidas sobre la base de la solidaridad y el respeto y no más con base en la dominación; la valorización de los conocimientos tradicionales y la disputa por la igualdad por parte de los propios sujetos sometidos a la desigualdad en América Latina, es una demanda saludable.

Ahora bien, para este esfuerzo queremos un diálogo con base en lo que se construye en el Brasil, a partir de las mujeres, como identidad y

territorio, a partir del feminismo, como movimiento social y como teoría. Y, en ese sentido, los Diálogos Interculturales nos han desafiado a buscar en el Buen Vivir su carácter transformador, también para nosotras las mujeres. De este modo, articulándose a experimentaciones alternativas al capitalismo en curso, se ha esbozado ante nosotros el desafío de hacer dialogar esta propuesta del Buen Vivir con otras ya en marcha y que están protagonizadas en la práctica por muchas de nosotras en esta parte de América.

Se trata de no solo identificar en el Buen Vivir importantes caminos hacia el cambio, tal vez incluso en una dimensión paradigmática, sino de reconocer que el campo de alternativas al desarrollo que aquí se experimenta, son fruto de la experiencia capitalista y tiene también otras propuestas que deben ser incorporadas a este debate. Nos referimos con esto a las experiencias entorno al desarrollo sostenible, al cooperativismo, a la economía popular, a la agroecología, a la permacultura, a la autogestión, aunque ninguna de ellas, tomadas aisladamente, sea suficiente para la visión del nuevo mundo, pero que sí conllevan, cada una a su manera, importantes referencias para los cambios que queremos gestar.

Nuestra crítica histórico-feminista a cualquier esencialismo nos permite estar en contacto con la visión de unidad entre los seres humanos y la naturaleza, y además nos recuerda que no solo las mujeres «pertenecen» a ella, y sí todos los seres humanos, así como también «pertenecen» a la cultura, que coloca el lugar del cuidado y la vida como responsabilidad de toda la humanidad y no únicamente de las mujeres. El no seguir en esta dirección puede llevarnos al viejo camino que justifica la división sexual del trabajo y las ideas de complementariedad que tanto nos subordinan a las mujeres. Para una transformación verdadera de las relaciones sociales, se requieren otros paradigmas éticos, que realmente se basen a partir

de un nivel de solidaridad y respeto que tome las diferencias como constitutivas, pero que impida cualquier tipo de dominación de las personas, los cuerpos, del saber o el hacer.

A partir de allí surge el reto de afrontar el debate sobre la tradición como algo que forma parte de lo que se construye como cultura, entendiendo que cuando se habla de equilibrio como valor aportado por el Buen Vivir, no se está en absoluto exento de conflicto. Es decir, el conflicto debe ser reconocido como constitutivo de las relaciones sociales, y significa para nosotras una oportunidad para el cambio, con la que desde nuestra acción podemos construir nuevas posibilidades.

Ahora bien, si por un lado, respetar y permitir que existan modos propios de ser, conocer, hacer y estar de los pueblos subalternizados de América Latina, en detrimento de lo que hegemónicamente se hace, se piensa y se produce desde los países imperialistas del Norte, es una condición necesaria de la descolonización, por otro lado, la posibilidad de que la tradición, paralizada en el tiempo, se imponga como «la» alternativa, es otra forma de colonizar, en especial a nosotras las mujeres. La colonización tiene que ser vista como un proceso más amplio, que nos desafía a pensar en lo que representa una repetición de lo que históricamente nos ha subordinado. Es el momento de preguntarnos qué debemos o no debemos mantener a partir de la tradición, pensando en el significado, para nosotras, de la transformación de la sociedad.

Observando el Buen Vivir desde el punto de vista de las mujeres indígenas brasileñas, notamos que este debate llega a ellas muy recientemente — tal vez, de forma diferente a las mujeres indígenas andinas — y de la mano de hombres y mujeres no indígenas, como ellas mismas afirmaron durante el Diálogo Intercultural, «este fue el primer momento en que las mujeres indígenas se reunieron como movimiento para discutir el Buen Vivir». Una situación similar ocurre con las mujeres

no indígenas presentes en la reunión. Fue la primera vez que la AMB (Articulación de Mujeres Brasileñas) celebró una reunión dedicada específicamente a debatir la propuesta del Buen Vivir.

En este encuentro fue bastante recurrente la referencia de las mujeres indígenas a sí mismas desde un punto de vista colectivo, tomando como referencia a su pueblo, la lucha incesante y central por los territorios originarios, la naturaleza como ese lugar primero de fuerza y sustento de la vida material y trascendental colectiva. Así, a la vez este espacio se caracterizó por ser una oportunidad de reflexión sobre sus propias experiencias individuales.

El elemento sobre la preservación de la cultura, incluso fuera de los pueblos, fue un punto intenso en el debate pero poco a poco, la idea de estar bien con ellas mismas; con cuerpo y mente sanos; la vida con autonomía y respeto; la identidad (incluyendo el género — ser mujer —) como parte de su territorio existencial; la organización de las mujeres indígenas como un medio de transformación; la visión de que el mundo es una aldea más grande que sus propias comunidades y que el deseo de también ocupar los espacios de poder es real y correcto, fueron temas que impregnaron la reflexión desde el lugar de las mujeres indígenas. «El Buen Vivir es estar en la aldea con tu gente... la fuerza de la mujer está en el agua, en la tierra, con su pueblo, por eso las mujeres indígenas hablan del pueblo, del conjunto, sin embargo, a veces no funciona, porque se olvidan de la violencia... porque somos indígenas, pero también somos mujeres».

En este entreteter colectivo, nuestras diferencias, desigualdades y encuentros han construido un acercamiento hacia un Buen Vivir deseoso de un mundo sin opresión entre hombres y mujeres, un Buen Vivir revolucionario, con la fuerza de subjetividades diversas, especialmente las subyugadas, y con la importancia de la biodiversidad, al pensar en

la naturaleza. Un Buen Vivir en el que ya se están probando muchas de nuestras alternativas, aunque lo llamen por otros nombres.

Es importante saber qué conocimientos queremos conservar y construir. Es preciso construir el poder que queremos ejercer en una democracia radical que vaya desde nuestros hogares, aldeas y comunidades hasta las calles, los lugares de trabajo, las operaciones económicas, las instancias del Estado. No solo es posible y necesaria otra economía, sino que es urgente otra forma de hacer política y cultura. Y, mientras ello se hace evidente, la tarea sigue siendo: ¿con quién contamos y cuáles son los espacios de nuestras luchas?

En medio de todo, nos quedaron tres aprendizajes...

Nuestro diálogo está apenas iniciando, y de momento, tres preocupaciones ocupan nuestros pensamientos en el debate sobre el Buen Vivir: el riesgo de no rendirnos a un tipo de recolonización, es decir, rendirnos a un pensamiento totalizador; el riesgo de reforzar una idea esencialista establecida dentro de la tradición, y por último, el desafío de construir una radicalidad democrática en la relación entre seres humanos y a su vez su relación con la naturaleza.

Sin lugar a dudas, en el Buen Vivir hemos encontrado una forma de ocupar el mundo que nos desafía a adoptar nuevos principios éticos — simplicidad, solidaridad, colectivismo e igualdad — ante la ineludible tarea de enfrentar el capitalismo en el contexto de la crisis climática, energética, alimentaria y financiera. Sin embargo, desde nuestra perspectiva se trata de una crisis con causas mucho más profundas, es la crisis de un proyecto de sociedad y que por ende nos exige acciones más consistentes para llenar los vacíos de lo inmediato, pero también de construir nuevas estructuras

que sustenten material y simbólicamente una nueva sociedad que quiera y sepa a dónde quiere ir y, más aún, tenga en sus manos el rumbo de su destino.

En este contexto, el Buen Vivir brinda importantes aportes a la construcción de esa otra sociedad, principalmente, por su capacidad para descolonizar la dominación occidental en la coyuntura de una crisis global. Pero vale resaltar, también otros pueblos y personas con sus propias cosmovisiones están profundamente comprometidos en la construcción desde sus territorios de «otro mundo posible», constituyéndose como experiencias que paralelamente confluyen y cuestionan el Buen Vivir. Se nos ocurre, entonces, que como forma de ocupar el mundo, el Buen Vivir no es un verso a ser declamado, sino una prosa en plena construcción, es una forma que debe ser pensada, con la eventual posibilidad de transformarse en una experiencia mas de «colonización», o mejor dicho, que transmute el pensamiento tradicional de izquierda sobre el sujeto único, de la clase a la etnia.

Nuestra segunda inquietud tiene que ver con lo que significa el vínculo entre el ser humano y la naturaleza, y lo que esto puede implicar para las mujeres en una cultura que asume lo cultural como algo natural. Somos conscientes de la visión antropocéntrica que ha guiado la forma en la que se organiza nuestra sociedad, y concordamos con que esta forma ha conllevado al planeta a un riesgo extremo de no sobrevivir. Es por esta razón que necesitamos rescatar los hilos que conectan a todas las personas con la naturaleza sin perder de vista que en este cordón no solo están involucradas las mujeres, sino también los hombres, y que además, esta relación construye un vínculo que no otorga o deniega poderes ni conocimientos a las personas. Es en la cultura que establecemos con la naturaleza, en la forma en que nos relacionamos con ella y con las otras personas donde radica la fuente creadora de saberes, poderes, privaciones

o trascendencia. Por lo tanto, el cuidado de la vida, reflejado en el cuidado de la tierra y el cuidado de las personas es una tarea diaria, para toda la humanidad, para todas las generaciones, no solo para las mujeres, ni solo para el presente.

Para nosotras, la radicalidad democrática del Buen Vivir exige cuestionar lo que se propone para hacer frente a los sistemas de dominación — como el sexismo y el racismo — que en las amplias redes del capitalismo ni se explican ni se desglosan. ¿Cuál es la propuesta para construir una nueva forma de vida que se integre con la naturaleza sin destruirla? Resulta importante para nosotras, las mujeres, por un lado, saber dónde estamos en los actuales proyectos de transformación social y qué espacio nos corresponde en esta construcción, o mejor dicho, es necesario entender si los caminos de transformación que se presentan hoy son, de hecho, caminos de transformación radical que transformen la situación de dominación y explotación bajo la cual vivimos las mujeres.

Por otro lado, se nos plantea, como imperativo ético, el reto de construir nuevas formas de estar en el mundo en integración con la naturaleza. De una forma no mercantil, desarrollando una nueva sociabilidad capaz de cambiar las típicas relaciones depredadoras de la humanidad entre sí y de la humanidad con la naturaleza. Este es el gran legado de los pueblos originarios con los que hemos aprendido, y también un deseo que emerge a partir de nuestra propia perspectiva de trascendencia.

Por lo tanto, la oportunidad de los Diálogos Interculturales en Brasil representó la posibilidad de que el feminismo (indígena y no indígena) ocupe un lugar en este debate, al conocerlo, pero también al aportar, cuestionarlo, subvertirlo, redefinirlo, ciertamente desde el deseo y los intentos de vivir bien de quienes allí se encontraban. Como muy bien ha reflexionado Françoise Collin, «en general, el acceso a la ciudadanía de las personas recién llegadas implica siempre la redefinición de la propia

ciudadanía y del espacio socio-político (...) una entidad ya constituida no puede pretender asimilar a las personas recién llegadas pura y simplemente, sin dejarse cuestionar por ellas y por ellos, por temor a verse amenazada su continuidad. Compartir nunca es algo puramente adicional»¹⁷. El feminismo no llega al Buen Vivir de manera adicional, como un acoplamiento, sino que llega inquieto, cuestionando, aprendiendo y enseñando, afirmando que las mujeres no somos parte, somos enteras, ¡y podemos hacer todo! Queremos la democracia en nuestras vidas, como parte de la democracia radical que requiere la transformación con la que tanto soñamos. Queremos vivir bien aquí y ahora, en nuestro hogar, en la cama, en la calle, en el mundo y en nuestro proyecto de transformación.

17 COLLIN, Françoise. La démocratie est-elle démocratique? In: La Sociétés des Femmes, Les Cahiers du Grif. Bruxelles: Editions Complexe, 1992.

EN LA MITAD DEL MUNDO, MUJERES INDÍGENAS Y NEGRAS SE ENCONTRARON...
DIÁLOGOS INTERCULTURALES 2014



Descripción de la imagen. Sobre un fondo verde claro, el dibujo de dos mujeres frente a frente. Se les ve hasta la altura de los hombros. De espaldas, una mujer de trazos negros y cuerpo anaranjado. Su cabello es crespo, corto y el lado izquierdo está parcialmente trenzado. De frente, una mujer indígena, de cuerpo verde oscuro, de cabello liso y de color lila lleva un mechón trenzado y flequillo. Fin de la descripción.

**EN LA MITAD DEL MUNDO,
MUJERES INDÍGENAS Y NEGRAS
SE ENCONTRARON...**

DIÁLOGOS
INTERCULTURALES
2014

EN LA MITAD DEL MUNDO, MUJERES INDÍGENAS Y NEGRAS SE ENCONTRARON

DIÁLOGOS INTERCULTURALES 2014¹⁸

En esta edición de los Diálogos Interculturales, la intención de ahondar, como un todo, en la experiencia dialógica entre mujeres, se torna tanto significado como gesto. Nada mejor que desenredar los nudos viviendo juntas en un tiempo y en un espacio, deseándolos y volviéndolos comunes a todas...

Durante el VII Foro Social Panamazónico en Macapá, capital del Estado de Amapá, en la región Amazónica del Brasil, la Casa Feminista de la AMB se transformó en territorio común para la celebración de este encuentro el 28 de mayo de 2014. Fue allí, «en la mitad del mundo, donde los pueblos se encontraron», donde la Articulación de Mujeres Brasileñas (AMB) vivió el «Diálogo Feminista sobre el Buen Vivir entre Mujeres Indígenas y Negras».

La Casa Feminista es un espacio político y afectivo para la vivencia colectiva de militantes de la AMB y como su nombre lo dice, fue pensada para ser una casa. Es allí que como tal, la AMB cada cierto tiempo tiene la posibilidad de reunir la pluralidad de los movimientos de mujeres y feministas, sus formas organizativas y sus luchas. Es en ella donde también vivimos otras convergencias feministas que instigan la intervención, cada vez más colectiva, en espacios y procesos más amplios y desiguales de la esfera pública. Pues bien, este espacio sirve de casa para el intercambio de energías, saberes, quehaceres y ejercicios para transformar el mundo, ¡transformándonos allí mismo!

¹⁸ Sistematización de la elaboración colectiva de activistas feministas de la Articulación de Mujeres Brasileñas en colaboración con miembros de organizaciones indígenas y negras de Brasil, sobre los «Diálogos feministas sobre el buen vivir entre mujeres indígenas y negras» el 28 de mayo de 2014, Macapá - AM elaborada por Rivane Arantes.

En el encuentro VII Panamazónico, la Casa contó con la mente, el corazón y el alma de aproximadamente 50 compañeras, provenientes de 10 estados de la Amazonia brasileña y otros (Amazonas, Pará, Rondônia, Maranhão, Río de Janeiro, Ceará, Pernambuco, São Paulo, Río Grande do Norte y Espírito Santos)¹⁹. Allí, la convivencia se materializó en el dormir, despertar, comer, compartir hábitos, hablar, escuchar, cuidar..., todo juntas, se vivió al máximo. Y fue compartido entre mujeres negras, indígenas, cimarronas, blancas, LGBTQIA+, periféricas, trabajadoras domésticas, servidoras públicas, niños y niñas, en fin, mujeres del campo, de las aguas, de las selvas y de las ciudades, compañeras de la AMB y de los movimientos aliados de mujeres y feministas, configurándose en sí mismo, en la realización propiamente de lo que estamos denominando Diálogos Interculturales.

En la gira de diálogo intercultural participaron aproximadamente 45 mujeres, de las cuales 18 eran indígenas provenientes de diversas etnias de los estados de Amazonas, Rondônia, Amapá y Maranhão. Las demás eran mujeres negras.

La metodología contempló momentos de bienvenida y presentación, para luego hacer memoria del compendio de la AMB sobre el Buen Vivir — discusión en grupos, socialización de las reflexiones en plenaria y evaluación final —. Vale la pena destacar que todo el diálogo fue traducido por dos lideresas indígenas bilingües (portugués y la lengua materna de las mujeres indígenas presentes), y resaltar que, además de la riqueza de la reflexión, este fue un momento muy emotivo para todas, porque los maíras (en la lengua tupí guaraní son los espíritus de la naturaleza que nos acompañan, protegen y energizan el ambiente) circularon entre

¹⁹ Extraído de la sistematización de la acción de la Articulación de Mujeres Brasileñas en el VII Foro Social Panamazónico 2014 titulada «Meu olhar da casa feminista no VII Fórum Social Panamazônico - No meio do mundo os povos se encontram, Macapá-AP, de 28 a 31 de mayo de 2014», elaborada por Daniele Braz da Silva, donde se realizaron los «Diálogos feministas sobre el buen vivir entre mujeres indígenas y negras» el 28 de mayo.

nosotros, donde «fueron los ojos del corazón los únicos que vieron y la vista de la mirada la que sintió. No hay palabras para explicarlo, solo quienes estaban presentes en ese círculo saben lo que sintieron, lo que vieron y vivieron en aquellos momentos...».²⁰

En una metodología compartida, la bienvenida y la presentación fueron conducidas por las compañeras de los Foros de Mujeres de Pará y Espírito Santo y de la AMB de Río de Janeiro. El traer las memorias de los Diálogos anteriores dio sentido a todo lo acumulado colectivamente.

«Los Diálogos Interculturales sobre el Buen Vivir que fueron celebrados en 2011, en Brasilia, reunieron a lideresas de organizaciones de mujeres indígenas y sectoriales de mujeres e integrantes de la AMB del Frente por la Justicia Socioambiental (FJSA). El resultado fue el texto escrito por Rivane Arantes y Carmen Silvia, titulado «En este Buen Vivir, necesitamos sentir placer», que expresa nuestra comprensión de lo que es vivir bien, considerando las luchas de las mujeres por el Buen Vivir (salud, violencia, autonomía, placer, poder, etc.), además de compartir lo que en 2011 se denominó una agenda mínima para continuar profundizando la reflexión: actuar conjuntamente en la Tercera Conferencia Nacional de Políticas de la Mujer; participar en los Diálogos Interculturales durante el encuentro feminista latinoamericano en Colombia en noviembre de 2011; realizar acciones conjuntas en la Cumbre de los Pueblos Río +20 en 2012; promover los diálogos con mujeres negras e indígenas.»²¹

Para compartir una mirada desde nuestro contexto, teniendo en cuenta la experiencia multirracial y la extrema desigualdad socioeconómica brasileña, nos situamos en un diálogo entre grupos de mujeres indígenas y grupos de mujeres negras, con el siguiente planteamiento: « ¿Qué es el Buen Vivir para mí?»

Vale la pena recordar que para aquel entonces, en 2014, estaba teniendo lugar la puesta en marcha y la articulación de la 1era Marcha de Mujeres Negras a nivel nacional. La marcha se realizó un año después,

²⁰ Idem

²¹ Idem

en noviembre de 2015 en la ciudad de Brasilia como una gran acción de las mujeres negras «Contra el racismo, la violencia y por el buen vivir». Impregnadas por ese espíritu y por la acumulación de la experiencia de las mujeres negras, la AMB movilizó un nuevo diálogo intercultural, esta vez, entre mujeres indígenas y negras militantes.

A pesar de que el Buen Vivir es una propuesta civilizatoria planteada por los pueblos indígenas andinos, los Diálogos mostraron que esta reflexión aún no había alcanzado a algunas de las mujeres indígenas allí presentes. Y el hecho de que la marcha de las mujeres negras también haya adoptado como perspectiva el buen vivir, instigó a la AMB, durante su proceso de preparación para la marcha de 2015, a averiguar más sobre el significado del Buen Vivir para las mujeres negras e indígenas militantes y para aliadas.

Las discusiones en el grupo fueron muy ricas dada la diversidad cultural de lo que suele ser considerado como homogéneo (los pueblos indígenas y negros). En la ronda, la conversación en torno al Buen Vivir tuvo como punto de partida la reflexión las vidas y los sueños de cada una:

«(...) buen vivir es no sufrir discriminación ni racismo; es luchar contra la violencia; exigir a los gobiernos políticas públicas para las mujeres indígenas; significa que los hombres reconozcan el trabajo de las mujeres, que se unan a las luchas del movimiento indígena y que se fortalezca la organización de las mujeres indígenas».

Pero también trajo a nuestra memoria la vida difícil...

«(...) en los territorios faltan políticas de protección de la tierra y otras políticas públicas; hay muchos invasores que traen enfermedades, prostitución, drogas lícitas e ilícitas; el acceso a las aldeas es pésimo; la salud y la educación no son de calidad, no se respeta la cultura y el servicio es precario».

Y en un país que se enmarca en la economía global de forma subordinada, que entrega sus riquezas y explota a su pueblo, no tardaron en surgir acusaciones aún más graves,

«hay muchas amenazas y violaciones de derechos por parte del gobierno brasileño: el Congreso Nacional y el capital internacional (los impactos negativos de los grandes proyectos), las PEC—Propuesta de enmienda constitucional— (por ejemplo en la minería, la propuesta de trasladar la atribución del poder ejecutivo para homologar las tierras indígenas al legislativo)», además del papel de otras injerencias externas, como «las religiones evangélicas neopentecostales en el debilitamiento de la cultura de los pueblos indígenas».

Como suele suceder, en las rondas de conversación de mujeres — y esto no tiene que ver únicamente con las costumbres — la violencia contra las mujeres indígenas fue un tema que se destacó. De acuerdo a los relatos que compartieron ellas, el patriarcado está presente en las aldeas indígenas, y son igualmente sometidas a situaciones de violencia y prohibición. En algunos pueblos indígenas, relataron, «tampoco podemos ser cacicas ni chamanas...».

El debate en su amplitud demostró que ambos grupos convergen en sus reflexiones. De esta forma, las mujeres indígenas aportaron varios elementos que se articulan con los aportes de las mujeres negras. Y, visualizando el proceso de la marcha en curso, Leonice Tupari de Rondônia y otras más «con un soplo de palabras» explicaron la importancia de un momento/acción como ese también para las mujeres indígenas...

Uno de los momentos culminantes del debate fue la valoración conjunta en torno de la importancia de la alianza entre mujeres indígenas y negras, algo que remite a una relación mucho más antigua que lo que se tejió, de forma reciente, con motivo de las Conferencias de la Mujer. Las mujeres indígenas recordaron la alianza de parentesco con las mujeres

negras celebrada desde la ancestralidad y en el proceso de colonización del que también fueron víctimas, aunque de manera diferente, porque recordaron «(...) ya estábamos aquí antes». Y afirmaron, asimismo, que desde ese momento, indígenas y negros han establecido un vínculo por la condición de opresión a la que ambos fueron sometidos, así como desde sus experiencias de resistencia. Según uno de los líderes indígenas, «los negros siempre han sido amigos de los indios, cuando intercambiaban objetos y compartían la producción de las plantaciones». Esto creó un vínculo muy fuerte entre ellos, tanto para la producción de vida, de las plantaciones, etc., como para «abrir caminos a la población negra, ya que los palenques pasan por territorios indígenas».

Como un proceso profundo y sobre todo de aprendizaje, este diálogo intercultural estuvo atravesado por muchos afectos, y percibido a través de múltiples sentidos: la abundancia de tubérculos en las comidas dispuestas allí, base de la alimentación indígena; la escucha activa y prolongada ante la necesidad de un tiempo extenso para la traducción a dos idiomas; la perspectiva desde la mirada de los ojos del corazón, como bien lo dijo una de las participantes, que solo entiende quien lo ha podido ver; y el cuidado colectivo de los niños indígenas, porque allí se hizo comunidad y se sumó la perspectiva de lo común al trabajo de cuidar el bienestar, dedicando tiempo y poniendo atención, en un intento aquí, de significar el cuidado.

Al final, para muchas personas, este Diálogo Intercultural fue una buena oportunidad de encuentro, pero, sobre todo, una oportunidad de experimentar lo diferente. Todas fueron unánimes al afirmar que se trataba de un aprendizaje colectivo sobre las culturas, y que requería un gran esfuerzo de diferenciación, un esfuerzo de descolonización del pensamiento y del poder, porque había pueblos diferentes y formas distintas de ver y vivir el mundo.

Y aun cuando todas mantienen una relación muy fuerte con la tierra y el planeta, todas subrayan la necesidad urgente de «sanar la tierra», es decir «sanar a todos los seres que habitan esta tierra», aprendemos de las mujeres indígenas que en lo común se encuentra lo diferente, lo diferente es constitutivo de lo común y, sobre todo, que la «lucha por la tierra es una lucha feminista».

Para la mayoría de las mujeres que compartieron estos Diálogos Interculturales, era la primera vez que participaban en una reflexión sobre el Buen Vivir y el Feminismo. Se trató entonces de un buen punto de partida para, quién sabe, muchas más llegadas. Y como sugería el tema de aquel Foro Panamazónico, será en la mitad del mundo donde nos encontraremos y seguiremos luchando juntas por un mundo transformado para las mujeres de todos los pueblos.



**NUESTROS CUERPOS
Y TERRITORIOS EM LAS VENTANAS
[LA PANDEMIA DEL COVID-19]**

DIÁLOGOS
INTERCULTURALES
2020

NUESTROS CUERPOS Y TERRITORIOS EN LAS VENTANAS [LA PANDEMIA DEL COVID-19]

DIÁLOGOS INTERCULTURALES 2020 ²²

*Waku sese haryporia!*²³

El 5 de septiembre de 2020, en el marco del Día Internacional de la Mujer Indígena y en respuesta al compromiso asumido por todos los movimientos latinoamericanos de mujeres y feministas que participaron en el Foro Social Panamazónico, la Articulación de Mujeres Brasileñas (AMB) y AMB Río de Janeiro organizaron, en forma de mesa redonda virtual, un Diálogo Intercultural con el lema «Cuerpo y territorio: mujeres indígenas en el contexto urbano y en los territorios». El objetivo central del evento fue escuchar a las mujeres indígenas en el contexto de la pandemia por el COVID-19 y sobre los «pandemonios» — como nos referimos a la grave crisis democrática en la que se ha sumido Brasil a partir del ascenso de fuerzas aún más conservadoras al poder político nacional con la elección de Jair Bolsonaro a la presidencia de la república en 2018.

Para esa época, todas estábamos abrumadas en medio a tantas necesidades para sobrevivir en un escenario de profundo empobrecimiento frente a la propagación del miedo y la enfermedad con el aumento de contaminación del virus; y además en la imposibilidad de vivir el duelo de la muerte de tantos seres queridos. Todo esto, en consecuencia de la política negacionista implementada por el gobierno de Bolsonaro, que no se encargó de organizar un plan nacional con las medidas

²² Sistematización de la elaboración colectiva realizada por activistas feministas de la Articulación de Mujeres Brasileñas y de las compañeras indígenas durante los Diálogos Interculturales virtuales en la pandemia de COVID-19 «Cuerpo y Territorio: Mujeres Indígenas en el contexto urbano y en los territorios», en 2020, elaborada por Rivane Arantes.

²³ Waku sese haryporia! En la lengua sateré mawé, significa «¡Gracias, mujeres!»

sanitarias y socioeconómicas necesarias para enfrentar la pandemia del COVID-19. Por otro lado, nos sentimos atemorizadas, sobre todo, por la militarización y la presencia de «organizaciones paramilitares» en la cotidianidad y en el propio Estado, dentro de un contexto en el que se intensifica el fundamentalismo y la violencia política. Y, todo lo anterior ha sido utilizado como arma de control por diversos sujetos sociales contra nosotras, las mujeres negras, indígenas, periféricas y LGBTQIA+, las defensoras de los derechos humanos en los territorios y las feministas que han denunciado las numerosas atrocidades y han exigido reparación.

La situación para las mujeres indígenas, en este contexto, era aún más grave. Sus pueblos quedaron atrapados entre el avance devastador de la pandemia en sus territorios y la invasión y explotación ostensiva de sus tierras tradicionales por la acción de empresas transnacionales vinculadas al agronegocio, a la minería y a las estrategias de expropiación, como el despojo de tierras, la contaminación del agua, la deforestación y la quema de la biodiversidad. Todo esto fue cultivando cada vez más el terror, donde el miedo, la criminalización, las agresiones físicas, las situaciones de acoso y violación, la persecución, las amenazas e incluso el asesinato se utilizaron como mecanismos para impedir el acceso a las mujeres, incluso, el de muchas lideresas indígenas que luchaban por sus derechos humanos.

Sin embargo, y a pesar de todo este escenario de múltiples impedimentos, este diálogo, incluso siendo virtual, constituyó un espacio de celebración, de cuidado entre nosotras y de mucha reflexión sobre la realidad y los derechos de las mujeres indígenas, en particular en el ámbito local, regional, nacional e internacional.

Y, en un esfuerzo por compartir las primeras percepciones y los sentimientos colectivos que fueron provocados, y como bien apuntó Gê (Geneviève Remy), «con la fotografía de los ojos y del corazón que se registró las sonrisas que reflejan sabiduría, resistencia y fuerza», en estas

breves líneas se recogen las reflexiones entrelazadas en la experiencia inmediata y se tejen por las palabras de las compañeras de la AMB - Inara Nascimento Sateré Mawé, Analba Brazão, Edna Machado, Geneviève Remy (Gê), Rogéria Peixinho y Maria Gavião.

En total, participaron en el diálogo 57 mujeres, de las cuales 25 eran indígenas provenientes de ciudades y aldeas y 32 no indígenas, entre ellas mujeres negras, blancas, LGBTQIA+, etc., del campo, las aguas, las selvas y las ciudades de Brasil. Las mujeres indígenas provenían de 15 pueblos originarios —Macuxi, Guajajara, Xavante, Tukano, Pataxó, Munduruku, Manchineri, Tapajoara, Puri, Krikati, Gavião, Guarani, Tupari, Yawanawa, Sateré—, sumándose tanto las que han construido la AMB en los territorios como las mujeres indígenas aliadas de este movimiento.

Este diálogo, en particular, tuvo su comienzo mucho antes y fue el resultado de alianzas construidas desde el origen de la AMB²⁴. Comenzó con una iniciativa conjunta de investigación y visibilización de la multiplicidad de producciones y saberes de las mujeres indígenas, en un esfuerzo por descolonizar la mirada y el pensamiento. El interés principal era conocer cómo era el mundo a través de las lentes, las escrituras, los sonidos y los cuerpos de sujetos invisibilizados.

En lo que fue una especie de preparación, la AMB propuso difundir de forma amplia entre sus militantes feministas, en los 14 estados donde tenía agrupaciones y también en sus redes sociales, una breve recopilación del trabajo de las escritoras, poetas, cantantes y cineastas indígenas. Esta acción buscó, como tentativa y ejercicio, establecer un vínculo con otros mundos, y conocer el mundo común desde otras perspectivas, las de aquellas que han sido históricamente silenciadas.

En este sentido, también confluyen en este deseo los aportes de las indígenas Elisa Pankararu y Josiléia Kaingang en el programa «Toda

24 Edna Machado.

Mulher tem voz» de la Radio Zap de la AMB Río, en el marco del Día Internacional de la Mujer Indígena²⁵, otro instrumento de comunicación utilizado para romper nuestra burbuja y promover esta interacción.

El deseo común a todas fue el de querer saber cómo había sido la vida de las mujeres indígenas durante la pandemia y cómo se sentían en ese momento. Los diálogos en torno a los cuerpos y los territorios de estas mujeres indígenas fueron un momento de aperturas recíprocas en una escucha reveladora sobre los asuntos y problemas de la vida cotidiana y de la resistencia durante la pandemia y en otros contextos más. Y, como bien observó Rogéria Peixinho, «Eran muchas las carencias, desde el tema del agua, la tierra, los lugares para plantar, la salud, su lucha contra los mineros... además de muchas denuncias de persecución de todo tipo...» Fue en particular muy dura la revelación de los procesos de criminalización y ataques a las mujeres indígenas en la lucha por sus territorios tradicionales y la demarcación de sus tierras originarias.

Es de suma importancia recordar que para ese momento, los pueblos indígenas brasileños sufrían un total abandono por parte del gobierno federal en cuanto a lo que se refería a medidas de protección contra el COVID-19 y a su vez, eran atacados abiertamente por industrias madereras, mineras, terratenientes, etc. mientras que, paralelamente, la Amazonía ardía en llamas debido a las quemaduras criminales toleradas por el gobierno de Bolsonaro. Se hizo evidente que las mujeres indígenas se encontraban en la frontera entre el cuidado extendido de sus familias y el de las comunidades, las situaciones agravadas por diversos tipos de violencia y el enfrentamiento de esas amenazas en sus territorios, donde además sus cuerpos eran también parte de lo que allí se disputaba.

De esta manera, los Diálogos se transformaron en un espacio y en un tiempo de espiritualidad a través de la escucha sororal de testimonios

25 Disponible en: <https://www.youtube.com/watch?v=BZE6pWPz5nl>. Fecha de acceso: 10 de diciembre de 2021.

de resistencia y lucha para salvar vidas preciosas. Inara Nascimento Sateré Mawé señaló el camino a seguir: es necesario multiplicar las RONDAS DE DIÁLOGO para escuchar las palabras de vida de nuestras hermanas indígenas que tienen mucho que compartir y dar testimonio de sus luchas y resistencias diarias²⁶, porque es en esta red de los territorios donde el tejido de nuestros cestos se hace bonito y fuerte²⁷; es fundamental leer y estudiar a partir de la investigación de fuentes e informaciones sobre las mujeres indígenas²⁸, además de construir redes de solidaridad en los territorios... tenemos que caminar en los debates de la justicia socio-ambiental y los derechos de las mujeres indígenas de nuestro lado. Son cosas que no se pueden separar²⁹.

Y de ahí la importancia, como AMB, de realizar una formación nacional y traer a las parientas con sus experiencias³⁰, recuperando siempre, como señaló Analba Brazão, las alianzas históricas de los 25 años de la AMB y las mujeres indígenas. Que se convierta en una memoria colectiva de la historia de nuestro feminismo, que todas conozcamos esas historias³¹. Y, como el diálogo exige que nos movilicemos, necesitamos ver «concretamente» con las compañeras de cada territorio, cómo podemos como AMB estar lado a lado en las luchas y las necesidades. Puede parecer obvio, pero no lo es. Las necesidades pueden ir desde la escucha y la activación de redes de protección, hasta una cesta de productos básicos o el acceso al agua³²... exige que nos movilicemos...

Y siguiendo esta línea de pensamiento en la cual todo saber también (re)direcciona, conocer estas realidades adversas hizo que los Diálogos

26 Fragmento del registro de los diálogos compartidos por Gê en el grupo virtual nacional de activistas de la AMB.

27 Inara Nascimento Sateré Mawé.

28 Fragmento del registro de los diálogos compartidos por Gê en el grupo virtual nacional de activistas de la AMB.

29 Inara Nascimento Sateré Mawé.

30 Idem

31 Idem

32 Idem

fueran más que diálogos. Como hemos visto, en aquel entonces, muchas mujeres indígenas estaban bajo amenaza de muerte y se vieron obligadas a cambiar de pueblo o a cesar momentáneamente su lucha para sobrevivir. Se les persiguió porque luchaban en defensa de la soberanía de sus territorios tradicionales contra los representantes del capital, la repetición actualizada de los antiguos invasores coloniales.

Entonces, aquellos Diálogos adoptaron la forma de una escucha activa con el compromiso colectivo de transformarse en una lucha política feminista de la AMB. Necesitábamos, más que nunca, construir estrategias junto a las mujeres indígenas para entender cómo podríamos apoyar su lucha, pues si bien somos una articulación plural, no somos aún una articulación indígena. Cómo aliarnos con más fuerza, cómo sumarnos a las luchas por la demarcación de las tierras indígenas y, sobre todo, cómo vivir una alteridad que nos permita aprender de las mujeres indígenas, entre otras cosas, sobre la relación inseparable entre cuerpo, territorio y espíritu...

En su alerta, Inara Nascimento Sateré Mawé — también militante de la AMB — habla en su nombre, «colocamos el pie izquierdo para hacer alianza con las mujeres indígenas [pues] la lucha por la tierra es una lucha feminista». O en palabras de Maria Gavião — también militante de la AMB y portavoz de nuestras voces — quien nos recuerda la importancia de escuchar otras voces y formas de vida en el universo. O, de nuevo, en las reflexiones de Josiléia Kaingang — compañera aliada de la AMB — para quien la necesidad de sanar la tierra es un llamado de las mujeres indígenas a (nuestra) humanidad, un camino que pasa necesariamente por el cuidado de cada persona y del cuidado del colectivo.

Tal vez sea allí donde las ventanas abiertas en la pandemia, más que brechas para ver a la otra y al otro, puedan ser caminos que nos lleven a un sentir/pensar que nos con-muevan hacia una inter-acción feminista, cuyo

sentido de lo colectivo nos lleve a una vida sencilla y nos haga proteger la casa común, la Pacha Mama, donde las personas y la naturaleza, los cuerpos y los espíritus, son partes constitutivas e inseparables de esta relación.



LAS REDES QUE NOS TEJEN Y RETUERCEN

DIÁLOGOS
INTERCULTURALES
2021

LAS REDES QUE NOS TEJEN Y RETUERCEN

DIÁLOGOS INTERCULTURALES 2021³³

Todavía bajo los efectos de la pandemia del COVID-19 y en el contexto de los diálogos virtuales, la Articulación Feminista Marcosur (AFM), CISCOSA - Ciudades Feministas y SOS Corpo Instituto Feminista para la Democracia propusieron y vivenciaron una nueva edición de los Diálogos Interculturales entre mujeres, en esta oportunidad de forma online, entre los días 3 y 4 de noviembre de 2021.

Para este Diálogo buscamos darle curso a nuestras reflexiones hacia la pluralidad intercultural e interseccional de formas de organización, prácticas, estrategias y articulaciones de las luchas políticas en medio de una diversidad de expresiones de los feminismos en nuestra región, y en particular, con los feminismos negros e indígenas. Para ello, nos propusimos generar un espacio de diálogo — entre las que estábamos ya articuladas — bajo una metodología que implicaba interpelarse y reconocerse mutuamente con base en experiencias radicadas en una pluralidad de contextos, formas de organización, cosmovisiones y territorios.

Fue nuestro deseo además, el de conocer y fortalecer las iniciativas que buscaban construir otras epistemologías, otras formas de conocimiento que no provinieran, de forma unívoca, de un solo centro o de un solo sujeto. Asimismo, buscamos proponer un diálogo que fuera más allá del encuentro entre «nosotras» y «las otras», generando un espacio de escucha y reconocimiento a partir de nuestras formas de habitar la lucha feminista.

Con este objetivo, planificamos dos días de encuentros con

³³ Sistematización de la elaboración colectiva de las militantes feministas de la Articulación Feminista Marcosur y en colaboración con las compañeras integrantes de organizaciones indígenas y negras de América Latina, elaborada por Carla Batista.

25 activistas feministas de las organizaciones miembros de la AFM, y pertenecientes a organizaciones y/o movimientos feministas negros e indígenas de la región y con las que las organizaciones de la AFM tenían alianzas y articulaciones en cada país y/o a nivel regional. La metodología buscaba facilitar el intercambio que debía realizarse a partir de la propia experiencia de los participantes como activistas en cada organización y/o movimiento.

Inusual y desafiante, fueron probablemente las palabras clave de este espacio tiempo de habla y sobre todo, de escucha; un diálogo entramado por los cuestionamientos de ese momento histórico... ¿Qué nos (con)mueve en la construcción de movimientos y colectivos? ¿Cómo ha perdurado la lucha en el tiempo? ¿Cómo el pasado, el presente y el futuro se conectaban en la construcción de las luchas y la organización? ¿Cómo actualizamos o renovamos las estrategias para expresar nuestra rebeldía? ¿Qué nos conectaba a todas? ¿Qué nos une? ¿Cómo imaginamos el mundo que queríamos construir y vivir? Y todo esto pensado para ser... con todas en una ronda grande de conversación y con breves palabras.

Pero, dado que las palabras no son herramientas suficientes para expresar el esfuerzo de traducción intercultural necesario para compartir la diversidad de estas experiencias, y debido al entrelazamiento de los temas compartidos, optamos aquí por sistematizar estos Diálogos a partir de algunas preguntas: ¿Quiénes somos? ¿Cómo construimos la fuerza colectiva? ¿Qué nos une? ¿Qué utopías del mundo estamos construyendo?

Los diálogos como experiencias concretas

En estos diálogos se vieron reflejadas las realidades a partir de los espacios geográficos en los que se encontraban las participantes, como

indígenas, cimarronas, feministas, y desde las diversas formas de activismo presentes en sus trayectorias. Se hizo referencia a las relaciones que se establecen entre las diversas formas de lenguaje, las identidades, la construcción de la organización y la forma de luchar, la manera en que se encontraron o se distanciaron y desde donde hacen un llamado a nuevos aprendizajes para la transformación del actuar como sujetas políticas.

En diversas demostraciones, los Diálogos han sido reconocidos como un espacio donde confluyen saberes que pueden ser compartidos, así como también, cuanto es saludable realizar procesos comunes a diferentes mujeres. Independientemente de dónde provienen, ya sea de movimientos, organizaciones, etc., es lo que aportan con sus diferentes experiencias de vida y de activismo, sus capacidades de resistencia, de lucha y de construcción de alianzas lo que da forma a los movimientos que construyen.

¿Quiénes somos?

«Pensar y sentir en otros contextos, recuperar la totalidad.»

Verônica Ferreira

Uno de los temas que estuvo presente en el discurso de varias participantes se refería a la necesidad de no pensar en sí de forma fragmentada, sino integral e integrada, es decir, como parte de la naturaleza, al resaltar el lugar central que ocupó el cuerpo en el contexto de la pandemia:

— Es importante llamar la atención sobre la necesidad de mirarnos a nosotras mismas de forma integral: nuestro cuerpo, nuestro intelecto,

nuestro espíritu, nuestra corporalidad completa.³⁴

— Una de las cosas que en el fondo ha sucedido con la pandemia es la necesidad de cuidarnos y mirarnos mutuamente, ya sea en nuestra vida cotidiana, la situación de nuestra vida personal, en lo que atañe a la vida de cada una, y en las condiciones de existencia. Este contexto ha colocado al cuerpo al centro de nuestro cuidado político. El cuerpo, que es nuestro territorio, pasó al centro del debate (...) Para mantenernos vivas y fuertes y acogernos en nuestra diversidad y sufrimiento, una de las principales estrategias que tuvimos en este período, y que ha sido central, fue establecer el autocuidado y el cuidado colectivo como una prioridad en la AMB. Nosotras, las mujeres, cuidamos el mundo, pero nos cuesta mucho cuidarnos, cuidar nuestros procesos y a nosotras mismas. El tener el cuidado como principio central ha sido muy importante para nosotras, así como también las redes de solidaridad. (...) Alimentar el cuerpo es alimentar la vida y la lucha. Estas dos formas de organizarnos han sido fundamentales para nuestra supervivencia, tanto como activistas como movimiento nacional.³⁵

— La pandemia nos hizo pensar que somos un cuerpo vulnerable que necesita ser protegido, que da protección a otros que estaban tan distantes en condiciones de vida. Cuando todas tuvimos que permanecer en casa, nuestras desigualdades quedaron en evidencia. Con la pandemia, recuperamos los grupos de autorreflexión, la cual era una práctica que se tenía al inicio en la organización, pero que no pudimos mantener, no ha sido fácil volver a esa práctica. La pandemia puso el cuerpo al centro y necesitamos procesar esta idea, pues se trata de un conocimiento de sí mismas, un territorio colectivo que pasó por aquel momento de reflexión, de pensar también sobre el territorio común. En este momento estamos

34 María Ángela

35 Liliane Brum.

redefiniendo este proyecto universal, la urgencia, el cuerpo, la fragilidad de la emergencia está al centro de cómo nos organizaremos, de cómo actuaremos.³⁶

— El cambio climático provoca cambios en la tierra. Esto incluye también la dimensión de estos cambios que afectan a las mujeres, a sus cuerpos.³⁷

— Estos cambios en la tierra, que es mujer, ese cuerpo/tierra/mujer que también está siendo afectado y nos afecta, y que han denominado «cambio climático», que para nosotras significa un cambio en el tiempo que ya viene sucediendo desde hace mucho, mediante la observación de la naturaleza.³⁸

Se hace necesario pensar en cómo incorporar la dimensión de la espiritualidad y la ancestralidad a nuestras luchas. Esto nos remite al lema de la 1ª Marcha de las Mujeres Indígenas: «Territorio, nuestro cuerpo, nuestro espíritu».³⁹

— En un escenario de fundamentalismos e intolerancia religiosa, nuestro espíritu es algo que nos conecta y nos contempla frente a tal escenario de violación también de esa dimensión, que es nuestra espiritualidad y que forma parte de todo nuestro cuerpo.⁴⁰

— Las compañeras indígenas tienen la capacidad de observarse a sí mismas de forma integradora. Llamaron la atención hacia la relación entre cuerpo y territorio, hacia la relación entre seres humanos y naturaleza, y específicamente, entre mujeres y naturaleza. Esa es una conexión que muchas de nosotras hemos perdido; que es desafiante, porque el patriarcado la utiliza incluso para oprimir aún más a las mujeres, vinculándonos a una naturaleza para, de cierta forma, excluarnos, oprimirnos,

36 Verônica Ferreira

37 Zoila Monasterio.

38 Inara Nascimento Sateré Mawé.

39 Jolúzia Batista.

40 Inara Nascimento Sateré Mawé

impedirnos ciertas cosas utilizando el argumento de la naturaleza. Los indígenas rescatan esta idea de la naturaleza que es integradora del ser humano. También somos naturaleza. Al no estar bajo esta perspectiva, y sí dentro de la forma en que lo plantea el patriarcado, capitalista, racista, esto se convierte para nosotras en un desafío frente a lo que consideramos como visión eurocéntrica, es decir, fragmentada. Y esto se traduce en la dificultad que tenemos para pensar en nosotras mismas de forma integral. Pensar cuerpo y espíritu, materia y pasado, presente, futuro, ancestralidad, qué es la identidad y cuáles son los procesos de resistencia y lucha.⁴¹

— Colectiva feminista de Bolivia, que actúa principalmente en la ciudad de La Paz: venimos incidiendo sobre las políticas estatales y las corporaciones. Somos anticapitalistas, antipatriarcales, anticoloniales y buscamos la transversalidad con un enfoque feminista y un enfoque ambiental y ecológico. Buscamos construir una fuerza colectiva porque creemos en un espacio de solidaridad y sororidad.⁴²

En lo referente a la identidad, merece la pena llamar la atención sobre cómo la autodefinición no siempre corresponde a cómo una persona es percibida. Una de las participantes brasileñas (Rosana Bevenuto) destacó el caso de una mujer cimarrona, muy dinámica dentro de su comunidad cimarrona, pero que no es vista como tal. Sin embargo, esto no le impidió ejercer su papel de mujer proactiva: ¡estamos en este territorio, reunámonos y busquemos soluciones a nuestros problemas! Ya sea por falta de comida, agua, trabajo, educación, salud (...).⁴³

Otro relato fue el de una boliviana. Ella notó que cuando ocupaban espacios feministas, eran consideradas muy ambientalistas, cuando ocupaban espacios ambientalistas, eran consideradas muy feministas. Y cuando ocupaban espacios políticos formales, se les reconocía por ambas

41 Rivane Arantes.

42 Kiyomi Nagumo.

43 Rosana Bevenuto.

identidades, muy ecofeministas.⁴⁴

El tema de la fragmentación también se hizo presente en la manera como era percibida la integrante de una organización feminista. Son algunas las que provienen de centros de investigación, son profesionales y políticas. Parten de un modelo organizativo en el que muchas feministas hacen su activismo a nivel regional. Muchas veces esto se equipara a una cabeza que no está vinculada a nuestros cuerpos ni a nuestros territorios, como si fuera un espacio aéreo, no «corporeizado», no territorializado. Resultado de una mentalidad colonial que nos ha separado de nuestros orígenes.⁴⁵

Así fue como se presentaron ella y otra compañera de organización, demostrando que, incluso dentro de un pequeño colectivo, se puede observar la diversidad entre sus integrantes:

— Soy una mujer negra que forma parte de una organización feminista mixta desde el punto de vista racial, plural y de diversidad; desde el punto de vista de dónde venimos cada una de nosotras, de cómo vivimos nuestra sexualidad, nuestra experiencia afectiva, del momento en que llegamos al feminismo, de las luchas que hemos construido. El territorio del que parto es este, plural, que cumple 40 años este año. Situado en la región más empobrecida de Brasil: el Noreste, y eso marca la diferencia, incluso en nuestra propia composición. Todas pertenecemos a la clase trabajadora, vivimos de lo que trabajamos. Somos una organización feminista, lugar de nuestro trabajo profesional y también de nuestro quehacer político. Somos una organización dedicada, que se compromete y contribuye a través de nuestro trabajo para la lucha feminista, para «la transformación del mundo mientras nos transformamos a nosotras mismas». Parece poca cosa, ¿no? También pertenecemos a un movimiento mixto, plural, que es

44 Kiyomi Nagumo.

45 Rivane Arantes

la Articulación de Mujeres Brasileñas.⁴⁶

— Soy una mujer negra, formo parte del Instituto SOS Corpo, y también de la AMB. Somos diversas y desiguales. El feminismo es para mí un proyecto político de vida. Y el feminismo, y el movimiento feminista que hemos construido en la AMB y también en la AFM, tiene una enorme voluntad de constituirse como un feminismo antirracista y anticapitalista. Se trata de un proceso de construcción muy amplio. Seguimos moviéndonos y nos seguimos constituyendo.⁴⁷

Otra participante, de la misma región noreste de Brasil, señaló cómo una de las intervenciones en el debate de grupo le había llamado la atención y la había incitado a reflexionar sobre los procesos de recolonización y cómo se desarrolla en su territorio del noreste/sertão y cuáles son los impactos y los factores que han llevado a ello.⁴⁸

Otras también aportaron sus experiencias al respecto:

— Durante décadas, el movimiento feminista colombiano se centró en la guerra y la paz, y por eso no le hicimos seguimiento a las distintas agendas de los movimientos feministas de otros países. Nos dedicamos a las mujeres víctimas del conflicto, a presionar al Estado colombiano para garantizar sus derechos. El Estado lo ha puesto de manifiesto repetidas veces: «no puedo proteger sus derechos porque estoy en guerra». Reunidas sobre la mesa, logramos, en las negociaciones de paz, garantizar los derechos de la población LGBT, lo que muchos consideraron un «acuerdo feminista». Los feminismos de otros países nos han preguntado: ¿por qué creen que es posible esperar el cumplimiento y la materialización de la apuesta feminista en un acuerdo de paz, que no logra la transformación de una sociedad que se acerque a una apuesta feminista? Sin embargo, hubo promesas en materia de desarrollo rural y participación política, derechos

⁴⁶ Idem

⁴⁷ Analba Brazão.

⁴⁸ Rosana Bevenuto.

de las víctimas, reincorporación, sustitución voluntaria, etc. Formamos parte de una sociedad que actualmente, yo diría, es profundamente pesimista y desconfiada, más aún cuando se trata del Estado, porque el acuerdo de paz fue un sueño en el que depositamos muchas esperanzas. Los movimientos sociales y el movimiento feminista sentimos una gran frustración, un inmenso desaliento, pese a que aún faltan 10 años para que se cumpla el acuerdo de paz. La historia de nuestro país, una y otra vez, está marcada por la historia de la guerra y la paz, incluso en otra circunstancia, por la pandemia. Ahora esperamos un cambio real con el proceso que se está debatiendo en el Tribunal Supremo sobre la legalización del aborto. Somos miles de mujeres que esperamos un resultado favorable.⁴⁹

En el diálogo se recordó un lema de las mujeres colombianas:

— «Ni guerra que nos destruya ni paz que nos oprima» Es una palabra de desorden muy contundente para el propio feminismo, porque en la lucha por la paz debemos estar atentas a qué tipo de paz queremos. Porque hay una paz que está ahí para oprimirnos, para silenciarnos, para quitarnos la libertad. Y esto no es lo que queremos.⁵⁰

Cabe mencionar que, en general, en todos los países, en todos los territorios, los discursos sobre el contexto registraron un momento muy difícil de polarización entre las fuerzas políticas. Con amenazas o con avances significativos de las fuerzas de derecha y del fundamentalismo en todas sus vertientes.

Más de una persona expresó su dificultad para entender la lengua: las brasileñas con el español/castellano, y quienes hablan esta lengua con el portugués. Los dos días de diálogo dejaron claro que esta barrera es solo una de las que hay que afrontar para reconocer y aprender a escuchar al otro, cada uno desde sus características y forma de estar en el mundo.

49 Cláudia Mejía.

50 Analba Brazão.

¿Cómo construimos fuerza colectiva?

«Cuando nos unimos, encontramos caminos y soluciones».

Verônica Ferreira

— Cuando queremos cambiar el espacio, cuando queremos cambiar el lugar donde estamos inmersas, ya sea en la ciudad o en el campo, ya sea en tierra indígena, nos reunimos en ese lugar donde estamos y encontramos maneras/formas de llamar la atención, a pesar de la denegación de derechos (...), del no reconocimiento (...) Cuando las mujeres se reúnen buscan soluciones, y obtienen respuestas, esto es genial, es maravilloso, es excelente.⁵¹

— En mi imaginario solo se construye en la medida en que se hace la lucha. Es la lucha la que nos alimenta, la que nos hace incluso superar lo que nos separa, porque somos muy diferentes, y también desiguales. Ese gran espacio que nos separa puede estrecharse hasta el punto de tener una lucha conjunta. Como dicen las mujeres del movimiento negro en Brasil: ¿qué puede hacer que personas tan diferentes y desiguales se unan en algunos aspectos? Desde nuestro punto de vista, es la voluntad de construir las luchas juntas. Es la mitad del camino lo que nos une.⁵²

— Para mí, hoy en día no es posible ser feminista sin entender la lucha de los pueblos indígenas, o la lucha de las personas discriminadas por diversos motivos en Paraguay y en el mundo, pues están totalmente interconectadas. Esta es una forma de construir un trabajo justo y de construir una fuerza colectiva. No es una lucha concluida, ni algo que ya está construido, sino que es una construcción permanente y se trata de darle el sentido a esta construcción feminista de forma conjunta, con todas

⁵¹ Tatiana Peixoto.

⁵² Rivane Arantes.

las luchas, por un mundo sin discriminación, con personas que no tienen ninguna posibilidad ni perspectiva, que están sometidas a una dominación extrema.⁵³

— Cuando estamos en juntanza con mujeres diversas, con resistencia para continuar en la lucha para la transformación, es muy importante visualizar la organización de las mujeres. El hecho de que estemos aquí juntas ya es una forma de resistencia, una forma de lucha. Una forma de expresarse para un transformar. Es lo más revolucionario que existe, sabemos que el feminismo es un movimiento de transformación. La ola va y viene, muchas han pasado por esas olas. Actualmente, en Brasil, la lucha que va más allá del feminismo busca derrocar a Bolsonaro. Es una lucha que incorpora todas las banderas, es contra todo lo que él representa. Para nosotras, la lucha por la legalización del aborto sigue siendo muy importante y vigente. Pero no se trata solo de esta lucha. Existe una presión desde diversas luchas para lograr esta transformación. Las feministas se meten en todo. Ser feminista cuesta mucho trabajo, tenemos que responder a todo. La lucha por las ciudades es sumamente feminista, antes no lo veíamos así. El derecho a ir y venir, tener una mirada desde la periferia, del racismo ambiental, ver quienes son las más afectadas por las lluvias, por ejemplo. Crear alianzas es lo más importante para poder dar lugar a una transformación. Y el proceso es de mucho aprendizaje.⁵⁴

Existe una preocupación generalizada ante el contexto actual, en la que en los países, en general, existe una polarización entre fuerzas políticas, donde las fuerzas más conservadoras y de derecha tienen candidaturas con posibilidades de ganar y avanzar en su proyecto fundamentalista mediante procesos electorales. Esta era una preocupación en Argentina en el periodo preelectoral, que coincidió con la celebración de los Diálogos:

⁵³ Clyde Soto.

⁵⁴ Analba Brazão.

— En Rosario, Argentina, estamos ante una gran conflictividad social también, motivada principalmente por la elevada pobreza, que se ha visto agravada desde el inicio de la pandemia. A ello se suma la crisis económica y política. Un hecho positivo fue la celebración de la 15ª Marcha del Orgullo en Rosario, que logró movilizar a 30.000 personas. Hace dos años solo fueron 5.000 personas y ya estábamos contentos. Y la primera consigna fue «no tenemos más tiempo». Las marchas sintetizan la comunidad, ¿no? En el estado de Santa Fe, eliminaron las políticas LGBTI y la vida del colectivo, de las personas trans, es muy difícil, no solo debido a la pandemia. Se trata de un retroceso. Para construir la autonomía entre nosotras, ante la falta de apoyo para realizar la feria de la diversidad, nos articulamos con CICSA y AFM, para garantizar que se realizara. Esto habla de cómo nos articulamos y nos apoyamos entre nosotras.⁵⁵

— Desde La Paz, es nuestra clara posición política la que nos ha permitido cuestionar las políticas de desarrollo, las políticas económicas. Trabajamos mano a mano con organizaciones sociales y con los pueblos indígenas que se oponen a los proyectos extractivos. También nos consideramos defensoras de los derechos humanos. Hemos recibido ataques del Estado por apoyar a las personas que son víctimas de la violencia. Nos han judicializado en este contexto. Esto nos recuerda imperativamente, la importancia del trabajo articulado y en red, colaborativo. En el momento más crítico, se interpuso una medida de libertad — una medida constitucional— contra nosotras, otras tres organizaciones feministas y la víctima, por una denuncia de violencia. En esto hemos recibido apoyo, incluso jurídico, de nuestras compañeras feministas de La Paz y de Santa Cruz. Nos manifestamos. Hicimos un llamado a que se defiendan los derechos humanos y que no se sigan vulnerando. En el caso de la persecución por parte de las empresas, se está llevando a cabo un

⁵⁵ Eugênia Sarrias.

estudio para construir una central hidroeléctrica en parte de la Amazonía boliviana, una zona protegida. Se presentaron hostigamientos. Es gracias al apoyo de organizaciones y movimientos que se nos permite amplificar lo que está ocurriendo. Ver, sentir y conocer las vulnerabilidades y cómo son históricamente invisibilizadas, racializadas, empobrecidas por la acción de las grandes corporaciones. Esto nos ha impulsado a generar lazos de contención más fuertes con las compañeras, y a tratar de reconstruir un tejido social fragmentado, o separado por nuestras interseccionalidades. Porque no afectan de la misma manera los impactos ambientales a las mujeres de las ciudades, de las zonas periurbanas o de las comunidades. A través de círculos de palabras, pretendemos dialogar con ellas y encontrar otros dispositivos que nos permitan generar vínculos. Algo que nos molesta mucho es toda esta polarización política, sumado al sistema patriarcal, sumado al colonialismo, sumado al capitalismo, que también tiene una alianza y complicidad entre los diferentes actores. Esto hace que la lucha de los movimientos sea algo más compleja. Buscamos averiguar cómo las iglesias, el Estado y los gobiernos se confabulan también para continuar oprimiendo los cuerpos de las mujeres, las niñas y las jóvenes. Está el caso de una mujer que fue violada y asesinada dentro de la comisaría de la policía en La Paz; otro caso alarmante, es el de una niña violada a quien se le está obligando a continuar con su embarazo a pesar de que ya ha expresado su deseo de interrumpirlo. Estamos en la calle y también contamos con compañeras que están dentro de las instituciones. Y tenemos convicción de la importancia de crear redes. Hay un gran trabajo para reconstituir el tejido social que está muy fragmentado.⁵⁶

— Algo hizo eco mientras hablamos sobre los contextos y territorios, sobre estas vidas del cotidiano, que a menudo enfrentan tantas crisis, y a propósito de la necesidad de alimentarnos. Fue así que resonó también

⁵⁶ Kiyomi Nagumo.

ampliamente la importancia de alimentar la lucha, y en este sentido preguntarnos, ¿cómo estamos cocinando? ¿cómo estamos percibiendo nuestro entorno y la naturaleza? ¿Cómo se puede potenciar esta habilidad? ¿Cómo podemos poner en práctica la alquimia para alimentarnos con lo que generamos cuando nos encontramos y nos escuchamos? Resuena tan contundente, que es preciso alimentar nuestra lucha con un alimento más material y concreto, así como devolver y armar este cuerpo colectivo, alimentándonos todas y entre todas.⁵⁷

Entre los temas que se debatieron en el trabajo grupal, se añadió la problemática del cambio climático, la soberanía alimentaria y el derecho a la vida entre nuestras necesidades. Se contempló el aumento de los feminicidios durante la pandemia, la inseguridad, la pobreza que es crítica y, que así como el hambre, han aumentado todos esos factores que tienen relación al contexto y afectan las formas de organizarnos. No podemos salir, ni permanecer fuera hasta tarde ni tampoco podemos transitar por cualquier lugar.⁵⁸ Los teléfonos nos acercan, pero también necesitamos encontrarnos cara a cara y salir a las calles.⁵⁹

¿Qué nos une?

— Somos personas que luchan contra la práctica del monocultivo, el monocultivo extensivo, que desplaza a las poblaciones. La cultura proviene del cultivo. El monocultivo, como forma de homogeneizar y encubrir las diferencias, matar la diversidad, debe entenderse también como una metáfora del pensamiento único.⁶⁰

57 Soledad Perez.

58 Eugenia Sarrias

59 Rivane Arantes

60 Clyde Soto

— Como mujeres indígenas en Brasil, que compartimos la experiencia de las dos Marchas de Mujeres Indígenas que construimos, me di cuenta que se fortaleció después de la II Marcha la alianza de las mujeres indígenas con otras mujeres, de otros grupos, y con nosotras de la AMB, SOS Corpo y CFEMEA. Y si bien algunas mujeres indígenas no reivindicamos el feminismo como parte de nuestra identidad, algunas van construyendo tal proceso y entendiendo lo que es mejor desde su territorio.⁶¹

— Ubuntu significa: « Yo soy porque todas nosotras somos». Veo la lucha feminista como un río y sus diversas corrientes. Creo mucho en la liberación, en que cada mujer puede ser dueña de sus quereres, en calidad de mujeres diversas, plurales, y unidas por el deseo de ver a la otra libre...⁶²

También se abordaron cuestiones que pueden contribuir a las divergencias:

— Al mismo tiempo que nos constituimos como un conjunto de fuerzas colectivas, de luchas, de desafíos para el poder, también somos una juntanza que ha sido fuertemente atacada por los poderes. Esto es algo que llama la atención desde Paraguay, pero que se expande a otros países de la región, de cómo algunos sectores contrarios a temas como el cambio climático, por ejemplo, son sectores que también están tomados por quienes cuestionan la perspectiva de género, la llamada ideología de género, que además son a su vez antivacunas; los mismos que defienden la criminalización de los derechos humanos, la lucha por la tierra, y que defienden el desplazamiento de los pueblos indígenas de sus territorios. Sin embargo, este vínculo existente entre todas estas problemáticas parece ser algo que no desafía a las feministas sobre cómo hacer que sus demandas

61 Inara Nascimento Sateré Mawé.

62 Rosana Bevenuto.

por un mundo sean inclusivas en su totalidad. Ya sea porque esta es una perspectiva que no siempre está presente, o porque no siempre se le considera de esta manera, comprendiendo lo que la lucha feminista es, o mejor, no es vista como inclusiva.⁶³

—La fuerza colectiva se construye a través de las luchas. El movimiento feminista de entonces, por así decirlo, tenía sus luchas clásicas. La lucha por la legalización del aborto, la lucha por las guarderías, por el fin de la violencia contra las mujeres. Y hoy, pensando en lo que nos une, se trata de un desafío el sumarnos a las luchas de nuestras compañeras por la demarcación de las tierras indígenas, las tierras cimarronas. La lucha por estos territorios, en aquel entonces, no era considerada como una lucha feminista. La lucha para detener el genocidio de la juventud negra es una lucha feminista. Tenemos que ser aliadas en estas luchas. En la AMB creemos en la utopía de transformar el mundo a través del feminismo, ver el mundo a través de la mirada feminista. Pero es necesario la juntanza con otros movimientos feministas, movimientos sociales, en una lucha colectiva a partir de nuestras convergencias.⁶⁴

¿Qué utopías del mundo estamos construyendo?

— En la AMB siempre hablamos de transformar el mundo a través del feminismo, ese es el mundo que imaginamos, que construimos.⁶⁵

— La II Marcha de las Mujeres Indígenas mostró esta posibilidad, la de una construcción que ya está sucediendo, de alianzas entre mujeres de diferentes movimientos, de diferentes feminismos, que fortalecen este

63 Clyde Soto.

64 Analba Brazão.

65 Idem

mundo como un lugar mejor para todas.⁶⁶

— El mundo en el que me gustaría vivir y construir es uno en el que disfrutemos sin discriminación, un mundo del poder repartido, donde se valore la diversidad, un mundo feminista, en un sentido muy amplio, no en un sentido restringido a los derechos formales, y que los cambios incluyan a todo el mundo, no solo a las mujeres.⁶⁷

— Imaginamos un mundo: mucho más justo, equitativo, igualitario.⁶⁸

— Y nosotras imaginamos un mundo diferente. En este punto me gustaría decir algo sobre nuestra imaginación. Al menos en Brasil —el cual es un país muy machista, racista, violento, contra las mujeres en particular, sumamente explotador— solo el hecho de imaginar, es un ejercicio para nosotras las mujeres, que en sí mismo ya es revolucionario. Para este país machista parece que las mujeres no piensan, no desean, no prevén el futuro. Para este mundo machista, no tenemos esperanza en lo que viene, y cuando ejercemos la capacidad de expresar qué tipo de mundo deseamos, el acto por sí solo, ya sea de forma inmediata o a mediano y corto plazo, pero en sí mismo ya hace frente a lo que está impuesto, ya es una semilla revolucionaria, creo yo. Qué tipo de mundo imaginamos: un mundo plural, antes que nada. En Brasil se tiene la impresión de que solo existe una forma de ser negro, solo existe una forma de ser indígena, se tiene una visión homogénea de todo. Y mientras tanto, nosotras imaginamos la pluralidad, vivir en un mundo biodiverso y no en un monocultivo, como le llamamos. En lugar de una universidad, queremos una pluriversidad, pluralidad, la posibilidad de acceder y producir diferentes formas de conocimiento, de hacer teoría, y la posibilidad de teorizar, porque ni siquiera esta es una posibilidad para las mujeres en este mundo machista. Queremos un mundo con justicia: justicia social, justicia reproductiva, justicia socio-ambiental,

⁶⁶ Inara Nascimento Sateré Mawé.

⁶⁷ Clyde Soto.

⁶⁸ Kiyomi Nagumo.

con justicia racial por encima de todo. Pensar también: estamos de este lado del ecuador, pero continuamos muy arraigadas a una visión que estamos poniendo a prueba para ver si nos es posible vivirla. Por ahora, queremos democratizar el mundo, y también democratizar nuestras vidas. Pensar en la democracia no solo como un sistema político, sino como una forma de organizar la vida, de organizarnos. En el ahora es fundamental que podamos construir la memoria. Porque nuestra memoria fue distorsionada, no fue contada, y ahora —lo poco que queda de ella— está siendo borrada con el gobierno de Bolsonaro. Queremos la memoria del mundo en el que podamos construir, podamos experimentar esa memoria de nuestros aportes pasados, de nuestra colaboración para que el mundo también sea como es. La memoria de nuestra ancestralidad, de nuestra historia, y sobre todo de los que nos violentaron, porque eso también ha sido borrado. Somos un país sin memoria. Es por tal motivo que hay gente aquí reivindicando la dictadura militar para garantizar el orden, ese orden que nos controla, en especial a las mujeres, que nos violenta. Es necesario tener memoria y verdad para afrontarlo. Porque hay muchas mentiras, y ahora la mentira se presenta de otra manera, las llamadas fake news... Y queremos un mundo en donde el cuidado no sea únicamente un fin, sino también un medio. Que el cuidado esté al centro de la economía. Lo que queremos es un mundo en el que podamos cultivar el placer, la alegría, la solidaridad, la fiesta. Un cuidado que es responsabilidad de todas las personas, —no solamente de las mujeres— en todas partes. Más allá del cuidado doméstico y de la salud, como una perspectiva, un paradigma. Y a la vez, cultivar también un mundo en el que sea posible el conflicto, sin que esto implique control, sino la oportunidad del conflicto como parte de la propia experiencia de la democracia. Un mundo en el que nada ni nadie nos determine. No es poca cosa lo que queremos...⁶⁹

69 Rivane Arantes.

Y como palabras para un breve final, quedó lo más importante... La sensibilidad, la reflexión, el intercambio de saberes, los trueques, las esperanzas, las ganas de seguir luchando, los encuentros, el aprendizaje, la apertura, el tejido, las redes, el alimento para seguir juntas, las semillas, la pluralidad, la alegría, la fuerza, la juntanza feminista que fortalece...

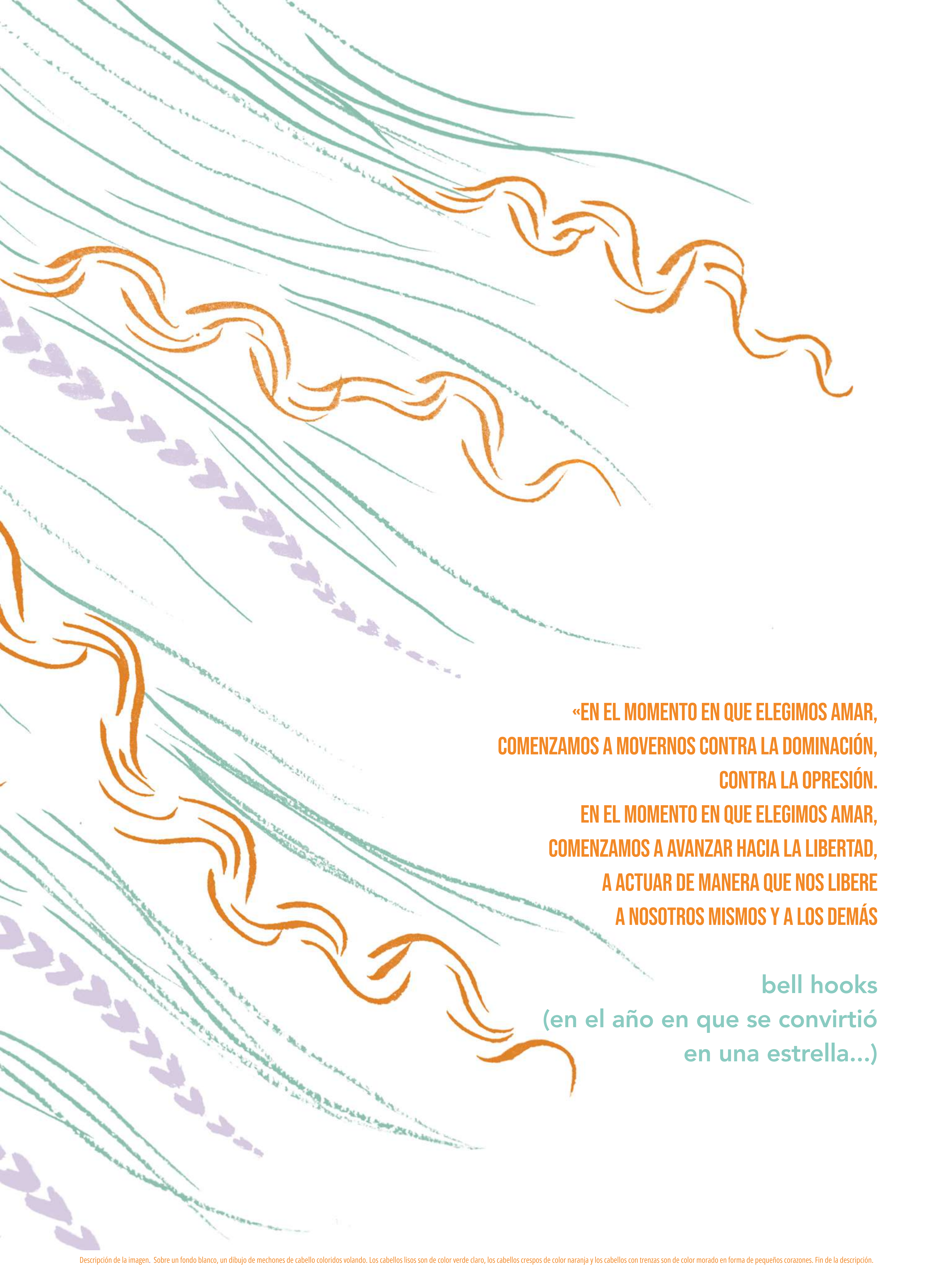
El tiempo mucho nos enseñó
Nos enseñó a amar la vida
A no desistir de la lucha
Renacer en la derrota
Renunciar a las palabras y pensamientos negativos
Creer en los valores humanos
y ser optimistas.
Aprendemos que más vale intentar
que abandonar
Creer antes que dudar
que lo que vale en la vida no es el punto de partida
y sí nuestro caminar

(Cora Carolina, colocada no plural)

Nos despedimos en medio de la expectativa de un (pronto) encuentro de forma presencial, que nos hace tanta falta a todas, para escucharnos, tratar de entendernos y continuar hablando de «nosotras» y de los espacios que «vamos» construyendo juntas.



Descripción de la imagen. Sobre un fondo blanco, una ilustración de cuatro mujeres lado a lado, de espaldas y abrazadas. La de la izquierda tiene cabello largo peinado con trenzas afro moradas en forma de pequeños corazones. A su lado, una mujer de cabello liso de color verde oscuro, con un corte recto a la altura de la nuca. A su derecha, una mujer de cabellos lisos verde claro y un mechón con una trenza naranja y una pluma en la punta. A su lado, una mujer de cabello crespo naranja con un corte blackpower, usa un collar con un amuleto de concha. Fin de la descripción.



«EN EL MOMENTO EN QUE ELEGIMOS AMAR,
COMENZAMOS A MOVERNOS CONTRA LA DOMINACIÓN,
CONTRA LA OPRESIÓN.
EN EL MOMENTO EN QUE ELEGIMOS AMAR,
COMENZAMOS A AVANZAR HACIA LA LIBERTAD,
A ACTUAR DE MANERA QUE NOS LIBERE
A NOSOTROS MISMOS Y A LOS DEMÁS

bell hooks
(en el año en que se convirtió
en una estrella...)



edições
sos corpo

